Mulheres de Abril
Maria Eugénia Varela Gomes
Coimbra Capital da Cultura 2003
Celebrações do 29.º aniversário do 25 Abril

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 70 ■ Janeiro – Março 2003

Defender a paz

Quem divide a Europa?
Equívocos de uma guerra no Iraque
Pezarat Correia
Pag. 3 e 14 a 16

Intervenção militar no Iraque?
D. Januário Torgal Ferreira
Pag. 19 a 21

Associação 25 de Abril

cartas de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. *O Referencial* reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Reencontro com o amigo Vicente da Silva

CORRESPONDENDO, por um lado, ao apelo da Direcção de A25A no sentido de uma maior participação, e por outro, a um sentimento pessoal, não quero deixar de o felicitar pelo interessante conjunto de textos publicados no número de Outubro/Dezembro 2002 sobre Vicente da Silva.

Nos finais de 60 palmilhávamos, muitos de nós, as matas de África, envolvidos, contraditoriamente, numa guerra em que não acreditávamos, mas também na necessidade premente de lealdade - perante quem nos comandava e perante os soldados que de nós dependiam. O «Vicente», todos o admiravam mas muito poucos o conheciam - era a força da imagem, através do *Jornal do Exército...*

A bonecada do Vicente transportava consigo uma ironia algo pungente e, subtilmente, subversiva: o regime político e os dramas da guerra apenas suscitavam uma lógica sombria, uma fatalidade doentia, de onde deveriam estar ausentes (julgavam eles) a expressão individual do humor ou o aligeirar das pesadas responsabilidades institucionais.

O Vicente encarnava, por assim dizer, uma verticalidade, uma *honestidade profissional* e, como muito bem é observado no texto principal da reportagem, uma «subtil forma de *ingenuidade*».

Isto que agora posso referir como reflexão *a posteriori*, iluminava, de certa maneira, o nosso pensar localizado - nesses idos de 60, num tempo em que «há um pavor colado na garganta, e tiros junto a noite» (como diz Fernando Assis Pacheco). E não exagero. A vida era uma coisa mínima.

Conheci pessoalmente o Vicente na ESBAL, quando ambos iniciámos (tardiamente?) o nosso percurso como *camaradas de artes*. De vez em quando, cruzamo-nos na Ericeira. Reencontrei agora boa parte desse «amigo competente» nas páginas de *O Referencial*.

O meu obrigado.

PS

1. Aproveito para cumprimentar o sr. gen. Pezarat Correia pelo seu Editorial deste número.

2. Poderei, talvez, em breve enviar um texto miliciano sabre as guerras de África Ver-se-á se interessa.

Aurelindo Jaime Ceia
Torres Vedras

Um estandarte da A25A na manifestação

COM MUITA simpatia tomei conhecimento de que a Associação 25 de Abril apoiou iniciativas contra a guerra ao Iraque.

As razões de tal decisão fundam-se naturalmente na ordem do direito internacional e na recusa da ideia peregrina de chamada «guerra preventiva». Fundar-se-ão sobretudo nos valores e ideais do próprio 25 de Abril que se afirmam pela paz e pela cultura dos direitos humanos.

Milhares de cidadãos anónimos desfilaram pelas ruas de Lisboa e do Porto numa afirmação clara: não à guerra. Mas não eram apenas cidadãos anónimos. Estiveram lá muitas figuras públicas da política e da cultura, partidos políticos e associações cívicas. Muitas presenças foram assinaladas por estandartes, bandeiras, dísticos e outros símbolos. Numa das manifestações cruzei-me até com um dos símbolos vivos do 25 de Abril e presidente da nossa associação, coronel Vasco Lourenço. E, ao olhar em redor, fiquei imerso num mar de bandeiras de partidos políticos, do movimento sindical,

estandartes e de outros símbolos (t-shirt) de associações culturais e organizações não governamentais.

Fiquei feliz por ver a alma dos portugueses descer à rua a defender a paz. O Mundo precisa destes exemplos e do testemunho de homens, mulheres e jovens que amam a vida e se recusam a embarcar em ondas de violência, de intolerância e da guerra. E se vos dirijo esta carta, é para, através da nossa revista, lançar um desafio à direcção da nossa associação: quando tivermos de descer à rua para defender valores que são os nossos – do 25 de Abril – a nossa associação tem de estar na primeira linha da manifestação com um grande estandarte. Valeu?

Leitor identificado
Lisboa

Editorial sobre o ministro da Defesa

FOI COM IMENSO agrado que li o editorial da nossa revista do último trimestre de 2002.

Em poucas linhas traduz tudo aquilo que a esmagadora maioria dos militares pensa. O ministro pode não ter confiança política num militar, mas era preciso que ele soubesse que os militares não têm confiança institucional nele. Um bom ano de 2003. Um abraço do camarada amigo.

Manuel Themudo Sobral Bastos

Novo grafismo impõe esforço de síntese

FOI COM MANIFESTO agrado que recepcionei o último número da nossa revista, *O Referencial*. Estão de parabéns Pezarat Correia e a sua equipa. As inovações a nível gráfico constatadas são altamente positivas e inovadores, tornando-se a publicação, ipso facto, mais agradável de ler e manusear.

Só falta agora que alguns dos habituais articulistas utilizem aquele poder de síntese compatível com uma publicação trimestral.

Certos trabalhos, dado o seu interesse, poderão ser inseridos na revista, mas integralmente e em regime de encarte. Artigos extremamente longos, não obstante o nível que possam possuir, não se compadecem com as características a que devem obedecer publicações como o nosso *O Referencial*.

Estamos certos que não será difícil a devida correcção metodológica, que aliás, sem desprimor para ninguém, alguns já seguem e de que poderá ser exemplo, entre outros o trabalho de Nuno Santa Clara Gomes. Penso ainda que fazendo parte da nossa massa associativa tantos intelectuais de nomeada, os mesmos, se contactados, não regatearão, estamos certos, a sua colaboração benévola. Cantar somente «hosanas» ao 25 de Abril não chega. Há que, certamente, ser mais colaborante e comparticipativo.

José Júlio da Costa Pereira
Lisboa

editorial

Quem divide a Europa?

NO PRESENTE número de *O Referencial* dedicamos atenção especial às nuvens que carregam o horizonte da humanidade, com a ameaça de uma nova guerra no Médio Oriente. Quando todos os dias se agrava a agressão de Israel ao povo palestino a solução que os donos do mundo encontram para essa zona martirizada passa por acrescentar mais guerra à guerra. A Associação 25 de Abril não se quedou indiferente perante a mobilização da opinião pública mundial contra a guerra e juntou a sua voz aos apelos e manifestações que, em Portugal, se pronunciaram pela paz. E nem podia ser de outro modo. Porque a A25A é a casa comum das portuguesas e portugueses, militares e civis que, ao derrubarem a ditadura em 25 de Abril de 1974, se estavam a erguer contra a guerra, a guerra colonial que, como agora, também era um instrumento da dominação e da exploração. O 25 de Abril tem as suas raízes na luta pela paz.

O Referencial faz eco deste desígnio da A25A.

O primeiro ministro Durão Barroso afirmou recentemente, numa das suas tentativas para justificar o alinhamento do governo português com os falcões de Washington, cito de memória, que a Europa não deveria deixar-se dividir por um regime ignóbil como o do Iraque. O problema é que não é o regime do Iraque que divide a Europa. A Europa condena unanimemente regimes ou práticas de poderes como os do Iraque, Arábia Saudita, Paquistão ou Israel.

O que divide a Europa é a forma discricionária como se encara a solução para o Iraque. O que divide a Europa é uma administração imperial, unilateralista, fundamentalista e belicista como a de Washington, que humilha a Europa rasgando os compromissos que com ela havia assumido sobre o Protocolo de Quioto, que se propõe desencadear, sem mandato da ONU, uma guerra no Iraque contra a ameaça de armas químicas mas recusou ratificar a convenção sobre armas químicas e biológicas, que anuncia a intenção de julgar responsáveis iraquianos num tribunal internacional como criminosos de guerra mas sabotou a constituição do Tribunal Penal Internacional, que invoca para intervir contra Sadam Hussein ligações deste à rede terrorista Al Qaeda, que não consegue provar, mas sanciona e legitima o terrorismo de Estado de Israel na Palestina, que planeia uma guerra preventiva e como tal ilegítima, contra uma hipotética ameaça nuclear, mas se declara disposta a recorrer a armas nucleares nessa mesma guerra.

O que divide a Europa é o facto de haver governos europeus que se mantém surdos às maciças manifestações populares e consultas de opinião que recusam a hipótese de o velho continente se tornar vassalo de obscuros interesses ao serviço do projecto imperial norte-americano.

referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando da Vaza Pinlheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, María Manuela Cruzeiro, María Rodrigues (Delegação Norte), Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E.mail: a25a.secc@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Apartado 4678
4012-001 Porto
Telef./Fax: 22 203 11 97
E.mail:a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Rua Sacadura Cabral
7570 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontário M4M 2C9

Execução Gráfica
Nareiso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2 –A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf. 21 388 26 29
Fax 21 383 26 78

Tiragem: 4 000 exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Assembleia geral da Delegação do Norte

FOI NO DIA 1 do passado mês de Fevereiro que, na sede, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia da Delegação do Norte da A25A. Da ordem de trabalhos constava a apreciação do relatório de actividades de 2002 bem como a apresentação de contas pela Direcção da Delegação. Feita a apresentação do documento enunciador das actividades realizadas, que foi aprovado, travou-se um animado debate em torno do seu último ponto, o da participação dos sócios. Foi sobretudo aprofundada a questão da participação juvenil. Tendo sido apresentado o perfil do jovem participativo, foram feitas variadas considerações sobre o modo de aproximar a juventude da Associação 25 de Abril. Foram apresentadas sugestões de temas para futuros de debates com interesse para os jovens. Quanto à articulação com entidades juvenis, foi enunciada a necessidade com elas criar laços de colaboração em eventos por nós participados. ■

Carta aberta aos associados

Prezado associado,
COMO é do vosso conhecimento, a Associação 25 de Abril vive apenas da quotização dos seus associados.

Razões diversas fizeram com que vários dos nossos associados – em número bastante superior ao que desejaríamos – não mantenham as suas quotas actualizadas. Razões que, muitas vezes, são mesmo alheias à vontade dos próprios associados.

Por diversas vezes, viemos já ao contacto com os nossos associados, solicitando o pagamento atempado das quotas. Sabemos, mesmo, que alguns consideraram menos correcta a forma como o fizemos. Ou porque se tinham ausentado do país, ou porque o banco deixou de lhes descontar as quotas, ou por outra razão imponderável, o facto é que não gostaram que lhes pedíssemos o pagamento das quotas.

Se alguém se sentiu ofendido ou, no mínimo, melindrado, desde já o nosso pedido de desculpas, pois nunca foi nossa intenção ofender ninguém. Sabemos, por experiência própria, que o mais fácil é descuidarmo-nos e não pagar, atempadamente, as quotas. Mas, estamos certos que todos compreendem, a Direcção tem que desempenhar um papel por vezes mais incómodo e *se os associados não pagarem as suas quotas, a vida normal numa associação como é a A25A não é possível...*

Por isso, a nossa insistência. Se fôr o seu caso, caro associado, estamos confiantes em que nos compreenda. E, porque estamos certos de que mantém os ideais de Abril e deseja continuar congregado na Associação 25 de Abril, solicitamos que regularize a sua situação. Poderá fazê-lo da maneira que entender. Se lhe não convier liquidar toda a dívida de uma só vez, poderá fasear o pagamento. Como e em quantas vezes quiser.

Se pretende continuar connosco, como nós desejamos que pretenda, não hesite. Contacte a Secretaria e comece a regularizar a situação. Se não quiser continuar, o que lamentamos bastante, comunique-nos o seu pedido de demissão.

Certos de que compreende esta nossa carta, apresentamos as nossas cordiais saudações. ■

Lisboa, 5 de Março de 2003
A Direcção.

31 de Janeiro celebrado no Porto

COMO já vem sendo tradição, a Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, o Clube de Sargentos do Exército e a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril promoveram a homenagem aos republicanos que tomaram parte na revolta de 31 de Janeiro de 1891. A iniciativa teve o apoio do Governo Civil e da Câmara Municipal do Porto.

O desejo republicano de democratização do Estado permanece na memória colectiva, sendo a efeméride associada à defesa dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos. Em 1891, os republicanos lutavam contra o regime oligárquico que caracterizava a monarquia liberal. Tal como hoje, a ideia de república era sinónimo de liberdade e de democracia. Era uma ideia de pedagogia cívica.

No passado dia 31 de Janeiro, no Porto, as comemorações iniciaram-se pelas doze horas com a deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento aos Vencidos, no cemitério do Prado do Repouso. Entre os presentes, uma turma de alunos do 3º ciclo da Escola Augusto Gil, acompanhados da sua professora de História. A homenagem contou com o brilho das intervenções do prof. doutor José Augusto Seabra, do governador civil do Porto, Dr. Manuel Moreira, e

Arquivo DN

do vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Paulo de Morais, que afirmou que a rebelião do 31 de Janeiro é um exemplo paradigmático do inconformismo, da insubmissão e do espírito reformista dos portuenses. A cidade do Porto esteve sempre na primeira linha das acções populares e na vanguarda dos movimentos políticos e sociais.

Pelas dezoito horas, no Ateneu Comercial do Porto, teve lugar a apresentação pública da segunda edição do livro de Sampaio Bruno Portuenses Ilustres, das Edições Caixotim. Foram proferidas duas interessantes palestras: «Sampaio Bruno e o Porto», por José Augusto Seabra e «Bruno e os exilados do 31 de Janeiro», por Paulo Samuel.

Seguidamente foi lançado o «Manifesto Cívico pela Moralização da República», documento da responsabilidade do Centro de Estudos Republicanos Sampaio Bruno, grupo de cidadãos que, unidos pelos ideais republicanos, se propõem intervir na «res publica». A organização de conferências, colóquios e seminários não esgotará a sua acção, pois a reflexão em torno de questões jurídico-institucionais bem como a investigação sobre questões económicas, sociais, educativas e culturais, será uma das finalidades deste Centro de Estudos Republicanos. ■

29.º aniversário do 25 de Abril será celebrado em Coimbra

A DELEGAÇÃO do Centro da A25A, após proposta do consócio major general Pedroso Lima, tem vindo a envidar esforços para se integrar na «Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003».

Apresentado um anteprojecto à Direcção Nacional da A25A a mesma cometeu também à Delegação a responsabilidade pela organização das Comemorações Nacionais do 29º Aniversário do 25 de Abril, em Coimbra.

Após as audiências concedidas pelo presidente da Câmara Municipal de Coimbra, pelo presidente da «Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003» e a participação em reuniões da Direcção Nacional, estabeleceu-se o seguinte programa:

Dia 24 de Abril

- Concerto encenado comemorativo do 25 de Abril no Teatro Académico Gil Vicente: «O primeiro dia»

Primeira sessão do Observatório da Democracia ocorre dia 3 de Maio no Palácio de S. Marcos em Coimbra

Dia 25 de Abril

- 19H00: Sessão solene no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- 20H00: Inauguração da exposição *A semana que libertou Portugal* no átrio de acesso à biblioteca do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

- 21H00: Jantar comemorativo, seguido de convívio, no Aquartelamento do Comando da Brigada Ligeira de Intervenção

Dia 3 de Maio

- 1ª sessão do Observatório da Democracia, organizada pela A25A, no Palácio de S. Marcos, sobre o tema *A relação dos Portugueses com o voto. A lei eleitoral. A abstenção. Os novos modelos de voto – o televoto. As outras formas de participação intercalar; os referendos, as petições...* "

Dia 11 de Outubro

- 15H00: Encerramento do Congresso «Literaturas africanas em Língua Portuguesa, 5 Povos, 5 nações», com três mesas redondas para debate do tema: *O 25 de Abril e a construção da Lusofonia: uma perspectiva cultural*

Para finalizar pretende-se editar o livro *O 25 de Abril e a Lusofonia – Uma Perspectiva Cultural*, convidando-se 25 escritores a criarem 25 textos (prosa e poesia) que servirão de inspiração a 25 pintores. *O livro resultará da criação desses 50 artistas.* ■

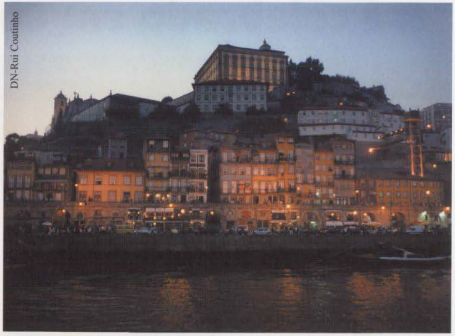
Aniversário da Delegação Norte

NO PRIMEIRO de Fevereiro festejou-se, no Porto, o 20º aniversário da Delegação do Norte da A25A, que se cumprira na véspera.

Pelas doze horas, após a realização da Assembleia da Delegação, foi feita a inauguração pública do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade - CDIAL. Além dos sócios que quiseram participar na cerimónia, estiveram presentes o secretário da Direcção Nacional da A25A, coronel José Maria Moreira de Azevedo e o vice-presidente da Câmara do Porto, dr. Paulo de Morais.

Após a intervenção do presidente da Delegação do Norte, coronel Ribeiro da Silva, a dra. Júlia Lima, vogal da Direcção da Delegação do Norte, apresentou uma comunicação elucidativa do papel de um centro de documentação/biblioteca temática na preservação da memória do 25 de Abril. Após ter feito o ponto da situação no que diz respeito ao tratamento da documentação, nomeadamente acerca da informatização em programa próprio para tratamento de documentos de diversa indole, salientou a importância do CDIAL para o aprofundamento do conhecimento da História Contemporânea, tendo referido a variedade do acervo e a intenção de recolha de depoimentos orais. Todavia, não deixou de apontar as dificuldades de recursos humanos e as decorrentes da exiguidade do espaço e da escassez de suporte financeiro. Terminou explicando que o Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade é um processo, um trabalho contínuo, e a sua manutenção justifica-se pela necessidade de aprofundar a reflexão sobre as raízes e o desenvolvimento dos ideais da liberdade e da democracia.

Para finalizar o acto inaugural, e depois das palavras do vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, os presentes tomaram parte num Porto de Honra. Seguidamente, descendo das Escadas do Barredo, onde se situa a sede da delegação, seguindo até à Ribeira, os convivas dirigiram-se ao restaurante D. Tonho, onde decorreu um almoço de confraternização. ■


DN-Rui Coutinho

A Ribeira do Porto foi uma vez mais ponto de encontro de associados da A25A

Porto acolheu Vasco Gonçalves

A 6 DE DEZEMBRO passado, nas instalações da Cooperativa Árvore, foi feita a apresentação pública do livro Vasco Gonçalves, um general na Revolução, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. (Ver página 18, crítica de David Martelo).

Editado a partir de um protocolo estabelecido entre o Centro de Documentação 25 de Abril e a Editorial Notícias, tendo em vista a publicação de entrevistas produzidas no âmbito de um projecto de História Oral, o livro assume-se como um documento, como uma fonte de conhecimento histórico, articulando a história de vida de um dos protagonistas do 25 de Abril e do processo revolucionário que se lhe seguiu com a história colectiva.

A cerimónia do lançamento desta obra na cidade do Porto ocorreu com a dignidade que o general Vasco Gonçalves merece. A apresentação do livro foi feita por Viale Moutinho. Depois, além das intervenções do próprio general e da sua entrevistadora, o público pôde assistir a um espectáculo de poesia declamada por Romi Soares: doze poemas inspirados pela figura de Vasco Gonçalves. ■

Direitos reservados

O jornalista e escritor Viale Moutinho (à esquerda) apresentou o livro

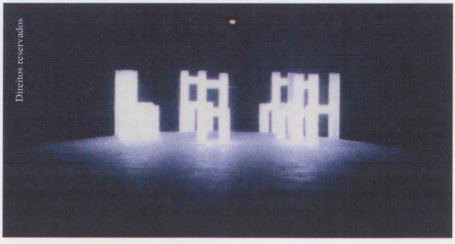
Na Rotunda da Avenida da República ergue-se o monumento de homenagem da cidade de Lagos ao 25 de Abril

Monumento em Lagos

A CIDADE de Lagos preserva a memória do 25 de Abril com um monumento da escultora Vera Faria Gonçalves. Na Rotunda da Avenida da República, a artista ergueu um conjunto escultórico que assinala os 25 anos da revolução dos cravos.

Uma esfera que emerge do solo, azul como o planeta, onde como iguais, o Homem tem o seu lugar e num diálogo conjunto constrói a democracia. Esta a leitura da escultora que pretende também simbolizar o surgimento da luz como elemento indispensável à nossa sobrevivência. Segundo sublinha Vera Gonçalves, «o conjunto destes elementos: a Terra, o Homem, o Diálogo e a Luz representados por um círculo de cadeias luminosas sobre uma calote esférica feita de pequenas pedras azuis, constituem um monumento ao diálogo, aos 25 anos de vida democrática, aos 25 anos do 25 de Abril.»

Após a frequência da ESBAL, Vera Faria Gonçalves trabalhou com outros estudantes em Lagos sob a orientação do escultor João Cutileiro. Em 1979 decidiu fixar-se no concelho onde montou o seu primeiro atelier. Integra o grupo de artistas residentes que iniciam a realização das Bienais de Lagos levando à cidade artistas e pessoas interessadas pelas artes.



A luz da calote esférica simboliza a esperança que irradia do espírito de Abril

Foi neste contexto dinâmico que surgiu a sua primeira exposição individual na Galeria Mercado de Escravos em Lagos. Desde então tem feito várias exposições regulares individuais e colectivas como escultora.

Vera Faria Gonçalves fez o monumento para Lagos em 1999. Sete anos antes criara duas esculturas para o aeroporto Sá Carneiro e em 1996 criou uma peça para a Fonoteca Municipal de Lisboa.

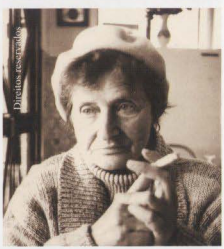
O Referencial agradece à escultora Vera Gonçalves a oportunidade da divulgação desta obra que perpetua a memória do 25 de Abril. ■

MULHERES DE ABRIL

Maria Eugénia Varela Gomes

MARIA MANUELA CRUZEIRO*

Por uma feliz coincidência, o início da colaboração do Centro de Documentação 25 de Abril com O REFERENCIAL verifica-se no mês de Março, mês tradicionalmente dedicado à mulher e ao mesmo tempo, mês que antecede a comemoração da data mais importante da nossa contemporaneidade:
A Revolução de Abril de 74. Datas com profunda ligação entre si, pelos ideais de construção de uma democracia plena, só possível com cidadãos e cidadãs exigentes e solidários. Pensamos, pois, ser este um momento privilegiado para dar a conhecer aos mais novos, e recordar aos mais velhos, alguns perfis de mulheres que, em tempos hoje inimagináveis, deram o melhor de si a esse combate comum. Foram (são) Mulheres de Abril, mesmo antes de Abril o ser.



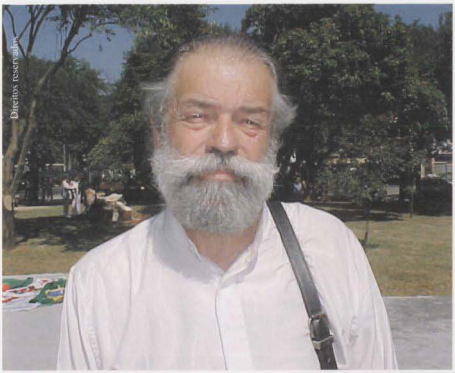
FILHA de várias gerações de militares, quer por parte do pai, quer por parte da mãe, contrariando o horror à política cultivado na família, descobriu por si própria a sua dimensão mais nobre e generosa: a preocupação com as pessoas, e, dentre estas, as mais desfavorecidas. Ou seja a dimensão solidária da política. Por ela desceu aos infernos dos bairros mais miseráveis de Lisboa (onde os operários vendiam o próprio sangue para pagar a renda da barraca que lhes servia de casa), forçou burocracias, escancarou portas para acompanhar e apoiar doentes e famílias no hospital de Santa Maria, fez seu o quotidiano dos operários qualificados da BP em Cabo Ruivo. Por onde passou, procurou pessoas, vítimas de injustiças e flagelações iníquas, inscreveu o seu nome na PIDE, pela recusa activa e militante em ser o que se pedia a uma assistente social, a "gota de óleo na engrenagem", teceu uma apertada malha de causas e de afectos que sempre a acompanhou, mesmo quando outras vozes a chamavam para uma outra frente de combate mais político, como aconteceu nas campanhas eleitorais de 1958, 1962, 1969 e 1973. Contudo nesta nova frente, mais visível e convidativa ao protagonismo, sempre deixou para outros (sempre muitos, sempre demais) esse estatuto, porfiando no seu combate discreto, mas eficaz.

Como assistente social, foi política, e como política, foi assistente social. São palavras suas que resumem todo um programa que o passar do tempo e o agravamento das condições do país, tornava mais exigente e impaciente, perante os fracassos acumulados da luta dos oposicionistas, particularmente dos militares, que apoiava e acompanhava de perto, lado a lado com o companheiro de uma vida: João Varela Gomes.

Quando este foi gravemente ferido naquela que ficou como última tentativa de derrube do regime, antes do 25 de Abril, o golpe de Beja de 1962, foi como Antígona que enfrentou sozinha a face mais terrível do regime fascista: a prepotência, a mentira, a cobardia, a desumanidade. Foi ainda como Antígona que iniciou o doloroso périplo pelas cadeias do fascismo, acusada de «tentativa de alteração da Constituição por rebelião à mão armada», ou seja, por participação activa no golpe. A desproporção da acusação convidava a uma recusa frontal, que a poderia livrar de ano e meio de prisão, restituindo-a à companhia dos quatro filhos pequenos, afastados também do pai, entretanto preso. Mas não foi esse o caminho. Gravou para si a única declaração que faria perante a PIDE e repetiu-a as vezes necessárias sem a mínima hesitação: «Não participei nem na preparação, nem no assalto ao Quartel de Beja. Não tive qualquer interferência, mas estou de alma e coração com o meu marido e os companheiros dele.»

As paredes de Caxias, saturadas de mensagens cifradas de tragédia sofrimento e heroicidade, guardaram de si a memória incisiva da coragem e do amor com que atravessou esses subterrâneos do tempo, passando o testemunho intacto a outros companheiros. Coragem e amor que perseguiu e reinventou num quotidiano de musgo e de renúncia, com estrelas secretas, resgatadas aos registos de lembranças felizes. Pequenas cintilações com que escondia as lágrimas de si própria, mas sobretudo dos carrascos, para os poder olhar cara a cara, imperturbável e desconcertante. Ela podia imaginar o terrível efeito desse olhar vazio de emoção que transformava o confronto entre a vítima e o carrasco, no decisivo encontro entre a fraqueza dos fortes e a força dos fracos. Por isso, nunca lhe assentou a figura «da mãezinha ou da mulherzinha em lágrimas». Mãe Gena era (e é) o seu tratamento em família. É assim que o seu percurso singular se recorta a partir desse memorial de insubmissão e rebeldia, a par do mais profundo e comovente humanismo, intitulado Tempo de Resistência, do seu marido João Varela Gomes, que, da Penitenciária de Lisboa a 28 de Janeiro de 1962 lhe escrevia: «Agradeço-te a tua coragem que sei nunca faltará. Nem a dignidade. São qualidades que fazem parte de ti». Nunca faltaram, antes se acrescentaram, se enraizaram, por cada hora que passou do lado de lá do humano. Apenas alcançou a liberdade, à margem de qualquer lógica de cálculo ou de conveniência, e muito menos de renuncia, entregou o resto das suas energias à causa dos presos políticos, cuja tragédia, silenciada pelo poder fascista, jurou denunciar, antes de mais como imperativo de consciência. Infatigável, mobilizou de novo vontades, lançando as bases da futura Comissão de Socorro aos Presos Políticos. Foi assim até ao 25 de Abril, que ela apenas pôde festejar a 26, com a saída dos presos de Caxias. Foi o dia mais feliz de uma vida, cujo esquecimento adensa o silêncio sobre o que de melhor temos para contrapor ao quotidiano amargo e medíocre de hoje, tão contrário à alegria gregária do país renovado de há vinte e nove anos, que Mãe Gena / Mãe Coragem ajudou a construir. ■

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra



José Aurélio e o seu monumento, a Porta da Liberdade, no jardim Lusitânia, em S. Paulo, Brasil

José Aurélio: escultor de Abril

VASCO LOURENÇO

O FÓRUM DA A25A vem sendo utilizado para actividades várias, nomeadamente para a organização de exposições.

Na passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, considerámos desejável organizar uma exposição directamente relacionada com essa data. Procurámos um artista de Abril e, em boa hora, obtivemos a concordância do José Aurélio, para uma exposição que retrate a sua ligação com o 25 de Abril e, muito especialmente, com os militares de Abril e com a A25A.

Era muito difícil acertar num alvo melhor: com efeito, o José Aurélio é, pode dizer-se sem hesitações, um escultor de Abril.

A sua obra está cheia de realizações ligadas à Revolução dos cravos.

Desde sempre, o José Aurélio assumiu e manteve uma permanente disponibilidade para responder às iniciativas de evocação de Abril. Não foram poucas as vezes que, fruto da nossa proverbial desorganização, recorremos aos seus serviços, à última hora, em cima dos acontecimentos, solicitando um projecto para ontem. Sempre com sucesso...

Para além dessa disponibilidade há que ter presente as várias vezes em que tudo foi feito com tempo (são exemplos a própria medalha da A25A e a medalha do 20º aniversário do 25 de Abril) bem como o apoio dado para obtermos a disponibilidade de outros escultores (nunca defendemos, nem nós nem o José Aurélio, a prática de monopolismos...).

Por tudo isso, é-nos gratificante expor no Fórum da A25A, durante o mês de Abril de 2003, trabalhos do José Aurélio. Não só os que foram realizados, mas também alguns que ainda não conseguiram passar de projectos. Nomeadamente o projecto do monumento idealizado para o Forte do Bom Sucesso, o projecto que não aceitámos implantar em local menos digno da Expo 98, para onde nos procuraram empurrar, ou o projecto de transformação da ex-escola da PIDE/DGS, a Sete Rios, que previa uma intervenção em toda a Praça Humberto Delgado.

Idealista permanente, activista de Abril, é mais uma jornada que o José Aurélio irá juntar à de Santarém de 1982, onde se construiu um extraordinário painel colectivo que é pertença da A25A, à de S. Paulo no Brasil, onde se implantou um importantíssimo monumento ao 25 de Abril, e a muitas outras, cujo resultado estará patente na exposição. Valerá a pena visitá-la. ■

Assembleia Geral ordinária da A25A

POR CONVOCATÓRIA do presidente da Assembleia Geral da A25A, Garcia dos Santos, realizou-se no dia 22 de Março, na sede nacional, a Assembleia Geral ordinária da A25A.

Na sessão, de que no próximo número de *O Referencial* daremos relato circunstanciado, o presidente da Direcção, Vasco Lourenço, apresentou o relatório e contas do exercício de 2002 que foi aprovado por unanimidade. A Assembleia decidiu, por maioria, aprovar o aumento de quotas, proposto pela Direcção, para vigorar a partir do próximo dia 1 de Abril.

O presidente do Conselho Fiscal, Martins Guerreiro, usou da palavra para sublinhar o rigor do exercício de 2002, o desempenho da Direcção na captação de novos associados e o esforço realizado na cobrança de quotas em atraso. Martins Guerreiro teceu elogiosas considerações à actividade da Direcção relativamente à promoção cultural de que o Fórum 25 de Abril é exemplo e ao dinamismo constante da divulgação do espírito do 25 de Abril.

Por estas razões, o presidente do Conselho entendeu propor à Assembleia um voto de louvor à Direcção, o qual foi aprovado por unanimidade. ■

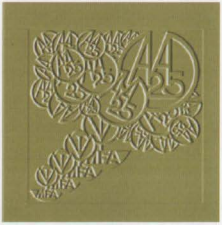
Presidente da Câmara Municipal de Grândola visitou a Sede da A25A. Acompanhado pelo presidente da Delegação esteve na sede Nacional da A25A o nosso sócio e presidente da Câmara de Grândola, Carlos Beato. Revestiu-se da máxima importância para a Delegação do Alentejo, esta reunião, com o presidente da Associação, já que se estabeleceram bases de trabalho para a celebração de um protocolo com a autarquia e a preparação de iniciativas no âmbito do 30.º Aniversário do 25 de Abril, que em Grândola irão homenagear Zeca Afonso, sempre presente na nossa memória.

Núcleos de sócios no Alentejo

TENDO em vista organizar e chamar sócios dispersos pelo Alentejo, criando uma estratégia de contacto com todos, reuniu a Delegação com o sócio Rui Junqueira Lopes, que iniciou já contactos para organizar os sócios de Évora.

A acção passa por se tentar reunir o número máximo de sócios da zona, independentemente da sua situação e conseguir umas instalações na cidade, onde se possa fixar um núcleo.

Por isso apelamos a todos os sócios, que lerem esta notícia e ainda não foram contactados, que nos contactem. Queremos organizar um encontro em Évora antes do 25 de Abril, para dar andamento e concretizar o trabalho iniciado pelo nosso camarada Gil, só este argumento é razão forte para todos se empenharem. Contacta-nos. ■



Medalha comemorativa

DA AUTORIA de José Fernandes está já disponível a placa comemorativa do 29.º aniversário do 25 de Abril. Nas versões em prata, bronze e liga de cobre e latão. Na sua composição, a medalha sugere o jogo do galo onde o 25 de Abril ganha e no reverso apresenta emblemas da A25A e do MFA em homenagem a Vespeira, autor do símbolo da nossa Associação. Além da medalha estão disponíveis, como vem sendo hábito, outros artigos que assinalam as comemorações, nomeadamente lenços, bonés, esferográficas e isqueiros que podem ser adquiridos na loja da sede nacional ou junto das Delegações. ■

Tertúlias do Fim do Mundo

NA DELEGAÇÃO do Alentejo já vamos para a «IV Tertúlia do Fim do Mundo». Será dia 28 de Março, última sexta-feira do mês, contando com a presença do nosso convidado, Delgado da Fonseca que irá lançar o tema «Importância da imprensa estrangeira no 25 de Abril».

As «Tertúlias do Fim do Mundo» têm tido uma participação média regular de trinta pessoas. Informalmente e sem preconceitos, por vezes de forma apaixonada e acalorada foram abordados os seguintes temas: «A corrupção»; «A única potência elevada à máxima potência, génese do terrorismo»; e «O 25 de Abril e o voto em branco». Como convidados para introduzir os debates: Martins Guerreiro, Garcia dos Santos, Mário Tomé e Durand Clemente.

A gastronomia alentejana, a cargo da pensão Fim do Mundo, tem sido excelente e variada, merecendo o nosso anfitrião e sócio Artur um agradecimento especial, pela forma, esmerada e dedicada, como tem organizado e acompanhado esta iniciativa. ■

Espaço Abril liberdade

COM A PRESENÇA do presidente Nacional e o secretário da A25A, reuniu na sede da Associação um grupo de trabalho em que além da Delegação, teve a presença Henrique Cayatte, José Romano e Hélder Costa.

Ficou constituído um grupo de trabalho com estas personalidades, que vai estudar e apresentar uma proposta, para discussão a curto prazo.

O «Espaço Abril Liberdade», é um projecto nacional de grande importância para o Alentejo em geral e em particular para Grândola, pois vai chamar aí muitos visitantes nacionais e estrangeiros, além de vir a criar novos postos de trabalho.

A próxima etapa será apresentar um esboço de projecto à autarquia e promover o debate com as forças vivas da região. ■

Contactos da Delegação do Alentejo

Além de poderem contactar-nos através da sede nacional, ou para a nossa sede na Rua Sacadura Cabral, (junto ao CEME) 7570 Grândola Podem também fazê-lo através dos telefones: Grândola: 966321574 Évora: 266705329 Lisboa: 968027406 E-mail : Delal25a@clix.pt

A pintura do artista de Abril revela percursos de 1974 até aos nossos dias

Retrospectiva de José Fernandes

A TERTÚLIA Jazz Bar apresenta uma exposição/venda retrospectiva de trabalhos de José Fernandes, pintor de Abril, utilizando várias técnicas e estilos, que vão do «cartoon», ao óleo sobre tela e nos transportam pelas obras num percurso artístico de 1974 aos nossos dias.

A venda feita em moldes originais mas sem ser um leilão, proporciona sobre o princípio de igualdade e liberdade — valores fundamentais do 25 de Abril — a todos a oportunidade de poderem comprar as obras posta a venda a um preço único. Cabendo, naturalmente aos compradores a liberdade de licitarem, oferecendo um preço superior por cada uma das obras. Licitações que irão sendo inscritas num mapa e determinarão o preço final e o respectivo comprador das diversas obras.

Festejar desta forma, mais um aniversário do 25 de Abril, é para todos nós, apesar da singeleza, uma demonstração de que o 25 de Abril continua a poder-nos levar ao encontro de novas formas de valorização e evocação desta data histórica fundamental na história contemporânea Portuguesa, com consequências inequívocas para a Europa e para o Mundo.

Em paz e sossego, vamos ao Bairro Alto à «Tertúlia», Rua do Diário de Notícias, 60 ver esta exposição. De 15 de Abril a 5 de Maio no horário das 20 e 30 às 4 da madrugada.

Vem e Trás Outro Amigo Também. ■

DEBATE

Mais do mesmo a quem não precisa e rigorosamente nada a todos os outros....

MARIA MANUELA CRUZEIRO *

O MEU TESTEMUNHO centra-se prioritariamente na relação dos jovens com o 25 de Abril, partindo do pressuposto de que é a escola a principal responsável pela transmissão e actualização constante desse legado. No eterno dilema entre teoria e prática decidi-me por esta última, e partilhar convosco uma experiência de anos no contacto com professores e alunos das nossas escolas. Creio que algumas das minhas reflexões poderão com facilidade aplicar-se a uma instituição como a Associação 25 de Abril, que, à semelhança do Centro de Documentação 25 de Abril, tem encarado como prioridade a procura de um mais estreito contacto com as novas gerações. É pois dessa área comum que vou falar, deixando de parte muitas outras, específicas de cada uma das nossas instituições.

Sejam-me permitidas duas reflexões de carácter muito pessoal:

A primeira: quando há 15 anos entrei para o CD 25 de Abril, tive a grata (mas muito breve) surpresa de verificar que muito mais pessoas falavam do 25 de Abril, que de certa maneira ele estava mais presente e mais vivo no nosso quotidiano. Comentando o facto com alguns amigos, vi-os trocarem olhares de incredulidade e mesmo de espanto, ao mesmo tempo que reduziam a cacos a minha tão forte convicção: «Sabes porquê? É que trabalhas num Centro de Documentação 25 de Abril. E o nome explica tudo. Que mais não seja, ouves a telefonista pronunciar dezenas de vezes as palavras mágicas: 25 de Abril... Mas quando passas a porta do gabinete, quando e a quem as ouves de novo?»

Então era esse o segredo do súbito reavivar da memória colectiva que eu me preparava para ligar com um eventual aprofundamento da consciência cívica e política dos meus concidadãos...

Passei a estar mais atenta e prevenida quanto à centralidade da nossa visão das coisas e, ao mesmo tempo, mais controlada na prontidão com que chamava à baila o 25 de Abril, em qualquer conversa banal. O meu caso podia bem ser de grave «deformação profissional» ou então de fundamentalismo primário...

A segunda: bem recentemente, aquando da sua última deslocação a Coimbra, Eduardo Lourenço ficou a conhecer o meu local de trabalho e, muito à sua maneira, entre o nostálgico e o irónico, lançou-me já à saída: «É aqui, então, o seu 25 de Abril...estime-o, estime-o....»

Durante o arco temporal que separa estes dois episódios, estive empenhada em inúmeras iniciativas do Centro, destinadas, justamente, a promover, dar a conhecer e divulgar o 25 de Abril nas escolas, as quais culminaram, em 2000, com a produção da Maleta Pedagógica 25 de Abril - Uma Aventura para a Democracia. Um projecto ambicioso, apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Educação e destinado a todas as escolas do País com 9º, 10º, 11º, e 12º anos de escolaridade. Um conjunto de materiais de natureza e grau de dificuldade muito diversos, destinados a colocar o 25 de Abril na escola, a exigir tratamento histórico rigoroso e adequado à sua importância em Portugal e no mundo. Resposta às queixas insistentes dos professores de que não davam o 25 de Abril, porque não dispunham de material suficientemente credível a nível científico, nem atractivo a nível pedagógico. E é o repensar dessa aventura, que me conduz a este balanço muito provisório:

A muitas escolas (sobretudo do interior) a Maleta não chegou. E isto, apesar dos esforços que o Centro desenvolveu em contacto directo com os Coordenadores das Áreas Educativas (CAE), substituindo-se à estrutura pesada, burocrática e ineficaz do Ministério, que chegou a enviar-nos listas de escolas e respectivos endereços totalmente desactualizados.

A outras escolas terá chegado, mas ficou nas mão de algum particular mais curioso...

A outras, ainda, chegou, e repousa (por abrir, como segredo inviolável) em qualquer depósito, à mistura com tantos outros materiais com idêntico ou superior interesse científico e pedagógico.

E as restantes?... As restantes, claro, estão a ser compulsadas, trabalhadas por quem menos necessidade delas teria. Professores que «estimam» o 25 de Abril, tão maltratado justamente nos manuais (veja-se, a título de exemplo, a polémica noticiada no último *O Referencial* em torno de um incrível livro do 4º ano) e que o encaram na sua dupla vertente histórica e cívica. Professores que nos visitam regularmente, solicitando palestras, exposições, sugestões, ou oferecendo trabalhos realizados nas suas escolas.

Professores que procuram igualmente a Associação pedindo quase sempre a presença de um militar de Abril, porque sabem que os caminhos da história são muitos e variados, e mais ainda as estratégias para a contar.

Professores que já têm à sua disposição ricos e variados materiais, entre livros, vídeos, jogos de computador, sites na Internet, mas que, quando os não tinham, os inventavam.

Quem é que se lembrou de dizer que um professor é um educador? E olhando para o lado o que vêem? O que vemos? Uma vida cívica marcada pelo cinismo, pela corrupção e pela cobardia, uma vida política vazia de princípios e dominada pelo clientelismo, um exercício do poder, a todos os níveis, em completo desrespeito pelas regras básicas da democracia, um confrangedor défice de cidadania, numa sociedade que desliza alegremente para o abismo social, económico e cultural

A esses sempre os ouvimos falar do 25 de Abril, com tanto entusiasmo e empenho que, por vezes, nos parece que são cada vez mais. Mas não. São uma minoria comparada com os que continuam (e continuarão) a reclamar pela falta de material...

Desviei-me, certamente, do tema que me era proposto: Novos desafios para a Associação. Balanço de 20 anos. Mas não totalmente. Porque se é saudável a insatisfação que se adivinha, ela não pode esgotar-se numa lógica de auto-crítica penalizante pelo que ainda se não fez. Essa lógica pode levar-nos a oferecer mais do mesmo a quem não precisa e rigorosamente nada a todos os outros.

Todos os outros para quem nunca haverá material que chegue… para estudar o 25 de Abril. Do mesmo modo que, às voltas com a introdução das áreas de Formação Cívica e Educação para a Cidadania (matérias actualmente obrigatórias nos curricula, e que tanto têm a ver com o 25 de Abril) continuarão a olhar para o lado e a perguntar: porquê eu? Quem é que se lembrou de dizer que um professor é um educador? E olhando para o lado o que vêem? O que vemos? Uma vida cívica marcada pelo cinismo, pela corrupção e pela cobardia, uma vida política vazia de princípios e dominada pelo clientelismo, um exercício do poder, a todos os níveis, em completo desrespeito pelas regras básicas da democracia, um confrangedor défice de cidadania, numa sociedade que desliza alegremente para o abismo social, económico e cultural. A caricatura grotesca do 25 de Abril, na sua versão mínima: uma democracia ocidental.

O Observatório da Democracia, projecto verdadeiramente inovador, anunciado pela Associação 25 de Abril, para breve (e que saúdo vivamente) confirmará ou não este quadro assustador. Com uma única certeza: o futuro da democracia e do 25 de Abril (por mais que queiram, não se podem dissociar) depende, em última análise, da capacidade da escola, na sua dimensão educativa, os ensinar e praticar. ■

**Investigadora do Centro deDocumentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra*

A invocação da guerra preemptiva para conferir à intervenção o carácter de legítima defesa é uma manipulação conceptual que não é inocente

Até hoje, para além dos responsáveis norte-americano e britânico, ninguém viu provas de que o Iraque esteja a violar as resoluções da ONU

CONFLITO

Equívocos de uma guerra no Iraque

PEDRO PEZARAT CORREIA

ESCREVER sobre a iminência de uma nova guerra no Iraque, em meados Janeiro de 2003, arrisca-se a ser redundante, na medida em que já foi dito e escrito tudo sobre as acusações a Sadam Hussein, as razões e os interesses de Bush, a legitimidade ou ilegitimidade de uma intervenção decidida unilateralmente ou no Conselho de Segurança (CS), as consequências previsíveis. Já ninguém ouve as razões alheias cada um radicalizado no reduto dos seus axiomas. Este texto só chegará aos leitores em Fevereiro e, numa conjuntura que evolui a um ritmo desconcertante, o bom senso não aconselha a prever se o conflito ascenderá, ou não, ao patamar violento e, caso afirmativo, como ocorrerá.

Seguirei outra via.

Saliento, nesta fase preparatória de uma intervenção militar no Iraque, a massiva campanha mediática que a tem apoiado. Qual bem orquestrada campanha de marketing que impõe a aquisição mecânica de um produto, a inevitabilidade da guerra é imposta de forma subtil e sistemática, para que se encare como natural. É a guerra perversamente fundamentada nas filosofias cataclísmica e escatológica, que transcendem a racionalidade, nada mais restando que aceitá-la e gerir os seus efeitos.

O óbice da cobertura do CS será certamente ultrapassado e não constituirá obstáculo se Washington decidir avançar. A administração Bush vem repetindo à saciedade que privilegiará uma intervenção no quadro da ONU, mas se sente legitimada para avançar isoladamente. E os EUA encarregar-se-ão de apresentar provas para que a maioria no CS possa aprovar uma resolução favorável sem grandes problemas de consciência. Se as provas não existirem fabricam-se, o que nem seria caso virgem.

O historiador americano Arthur Schlesinger Jr. lembra, em artigo no D.N. de 12 de Setembro de 2002, «Recordaremos este novo dia da infâmia?», o afundamento do navio da US Navy *Maine* na baía de Havana em 15 Fevereiro de 1898, atribuído a uma sabotagem espanhola nunca confirmada e que foi o pretexto para o desencadeamento da guerra hispano-americana que viria a pôr fim à colonização espanhola em Cuba e iniciaria o período de protectorado americano, na linha do projecto do almirante Alfred Mahan para o domínio das Caraíbas.

Direitos reservados

Mais recentemente recorde-se a chamada «armadilha de Rambouillet», que eliminou os obstáculos à intervenção da OTAN na Sérvia em 1999. Negociava-se em Rambouillet a participação como força de paz da ONU no Kosovo, tendo-se chegado a um compromisso com a Sérvia. Entretanto e, nas costas desta, os EUA acordaram com o grupo terrorista kosovar UCK – a classificação de terrorista era dos próprios EUA – novas condições que se sabia inaceitáveis para a Sérvia a acrescentar ao texto já admitido por esta. Obviamente que a Sérvia recusou o que serviu de pretexto para o desencadeamento dos ataques aéreos.

Até hoje, para além dos responsáveis norte-americano e britânico, ninguém viu provas de que o Iraque esteja a violar a resoluções da ONU. Com a notável excepção do ministro português Paulo Portas que, no regresso de uma visita oficial ao Pentágono, quis pôr-se em bicos de pés afirmando que vira provas insofismáveis das Armas de Destruição Maciça (ADM) do Iraque e da sua ligação à Al Qaeda. Um texto de Julian Berger no semanário britânico *Guardian Weekly* de 16-23 de Setembro de 2002, «Bush mudies the intelligence pool», revela que a CIA acusa o Pentágono de manipular relatórios sobre o Iraque. Escreve o autor: «Peça a peça a evidência contra Bagdad exibida pelo presidente Bush e seus principais assessores tem sido posta em causa e tornou-se claro que a argumentação da administração foi construída com base numa leitura de informações disponíveis que foi selectiva, para usar uma linguagem moderada.» E acrescenta «(...) os falcões do Pentágono procuram construir um argumento à prova de fogo (*bulletproof*) para a invasão (...) Na falta de informações credíveis e objectivas corre-se o risco de as decisões acerca da guerra e da paz serem tomadas na sombra». O articulista salienta que já em plena Guerra Fria, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, actuais números um e dois do Pentágono, lideravam agências privadas de informações que entraram em conflito com a CIA por sobrestimarem a ameaça soviética.

As provas aparecerão, ou porque existem de facto, ou porque se forjarão. Ou, se for considerado preferível, provocar-se-á um incidente que justifique a intervenção, um ataque a um avião que patrulha as Zonas de Exclusão Aérea, um conflito com a comissão de inspectores, um levantamento de curdos ou um confronto na fronteira do Koweit. A situação é potenciadora dos mais variados *causa belli*.

* * *

Dois outros equívocos importa destacar, muito sumariamente, dado o pouco espaço disponível.

O primeiro respeita à invocação da guerra preemptiva para conferir à intervenção o carácter de legítima defesa. É uma manipulação conceptual que não é inocente.

Há dois conceitos que não podem ser confundidos, a guerra preventiva e a guerra preemptiva. Esta é uma acção por antecipação que, na iminência de um ataque inimigo, é desencadeada para o neutralizar. É identificável com uma acção de legítima defesa. Já a guerra preventiva é levada a cabo na mera presunção de que um outro pode vir a constituir uma ameaça ou vir a dispor de capacidade e vontade para desencadear uma agressão. É uma acção ofensiva não enquadrável no contexto da legítima defesa.

É óbvio que o que se está a preparar contra o Iraque é uma guerra preventiva porque

(Continua na pág. 16)

Direitos reservados

Manifestações em todas as partes do globo constituíram gestos inequívocos de contestação a uma intervenção militar das forças aliadas no Iraque. Como a documentada pela foto que nos chegou de Toronto (Canadá) onde é visível um manifestante com uma bandeira da Associação 25 de Abril

CONFLITO

Equívocos da guerra

(Continuado da pág. 15)

nada permite afirmar que este esteja na iminência de lançar um ataque. Mas responsáveis norte-americanos e sectores favoráveis à guerra vêm-lhe chamando preemptiva que, de todo, não será, exactamente pela necessidade de lhe conferir a legitimidade da auto-defesa. É este o sentido do documento da Casa Branca «National Security Strategy» de 17 de Setembro de 2002.

Esta chantagem terminológica abrirá o grave precedente de qualquer Estado se sentir legitimado para atacar um outro com o pretexto de que, no futuro, pode vir a constituir uma ameaça ou porque, pura e simplesmente, lhe desagrada o seu regime.

O segundo equívoco relaciona-se com a invocação da proliferação das ADM como ameaça à paz e segurança internacional. Com certeza que o é, mas não se pode ignorar que são os possuidores dos maiores arsenais de ADM que assumem o papel de juizes nesta causa.

A Coreia do Norte abandonou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (NPT) para retomar o seu programa de nuclearização, como os EUA abandonaram o Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos (ABM) para prosseguirem o seu projecto de Defesa Anti-Mísseis (MD). A não-proliferação nuclear confronta-se com o facto de as potências nucleares membros permanentes do CS, EUA, Rússia, Grã-Bretanha, França e China, estarem a violar o NPT, que todas subscreveram, optando pela contra-proliferação que lhes garanta o monopólio nuclear.

O NPT é muito claro na sua formulação. Pretende impedir tanto a proliferação horizontal, evitando que surjam novos possuidores de armas nucleares, como a proliferação vertical, travando a escalada nuclear dos Estados possuidores e levando-os a desarmar até atingirem o nível zero. Só a não-proliferação vertical legitima a exigência da não-proliferação horizontal, sem o que se cai no chamado apartheid nuclear, no pressuposto de que «a minha bomba é boa, a tua bomba é má». O que se constata é que todos os Estados possuidores continuam apostados no aperfeiçoamento e modernização dos seus arsenais e a incluir o nuclear nos seus conceitos estratégicos, como uma componente indispensável da sua segurança, enquanto se reservam o direito de actuar contra potenciais novos possuidores. É a lógica da contra-proliferação. O seu paradoxo é que ela convida à proliferação horizontal, como a recente entrada no clube nuclear da Índia e do Paquistão vem demonstrar e não será a invasão do Iraque ou a deposição de Sadam Hussein que a travará. O maior risco virá, porventura, de organizações terroristas não-estatais que poderão ter acesso a engenhos nucleares, eventualmente até a partir dos arsenais de Estados já possuidores.

A contra-proliferação não elimina a ameaça nuclear. Pelo contrário, vai acentuá-la. Só a inequívoca aposta na não-proliferação, por possuidores e não-possuidores, fiscalizada por organismos independentes e credíveis, contribuirá para afastar e, a prazo, eliminar, essa ameaça maior que é a nuclearização de um conflito armado. Mais do que uma causa, a proliferação é uma consequência da ameaça nuclear. É assim desde a primeira hora, quando a URSS se tornou potência nuclear para anular o monopólio dos EUA.

Não colhem os argumentos da legitima defesa ou da não-proliferação nuclear para justificar uma nova guerra no Iraque. Mas esta vai continuar a ser apresentada como inevitável. E só será evitável se outras razões se impuserem. Por exemplo a crescente pressão da opinião pública dentro e fora dos EUA, pode levar Washington a lembrar-se que essa pressão, na guerra do Vietnam, esteve na base do recuo estratégico americano das décadas de 60 e 70 do século passado. Ou o risco de vir a enfrentar baixas excessivas que contrariem a preocupação das baixas-zero que tem dominado as novas guerras do pós-Guerra Fria. Ou ainda o receio dos efeitos da guerra numa economia americana já fortemente abalada. Ou, por fim, os reflexos negativos para George Bush nas eleições presidenciais de 2004. Afinal razões que se prendem muito mais com interesses norte-americanos do que com a verdadeira ameaça que o Iraque possa representar para a paz mundial. ■

Direitos reservados

Tropas de artilharia das forças aliadas intervêm no deserto do Iraque

Lusa - Tiago Petinga

Em Lisboa, a A25A associou-se aos movimentos de protesto contra a guerra ao Iraque nas manifestações que se realizaram em Lisboa nos dias 15 de Fevereiro, e 22 de Março

Associação 25 de Abril a favor da paz

FIEL aos princípios que consagram a sua actividade, a Associação 25 de Abril apoia todos os esforços de paz para evitar a guerra. Por isso subscreveu o Manifesto pela Paz e associou-se às manifestações e comício-conferência, realizados em Lisboa contra a possibilidade de uma guerra com o Iraque. Nesta linha de intervenção, e com o objectivo de sensibilizar a comunidade em geral para uma cultura de paz, a Direcção da A25A decidiu mandar fazer um pendão a favor da paz para o colocar na fachada da sede nacional e que *O Referencial* desde já adopta fazendo dessa imagem a capa desta edição. Trata-se de uma ilustração da autoria do nosso prezado consócio José Fernandes e que tem como elemento principal o símbolo do 25 de Abril. A imagem contida na simbologia do cravo que se sobrepõe à G-3 é envolvida pelas estrelas dos estados-membros pretendendo significar o eco do grito libertador do 25 de Abril e propagá-lo a toda a União Europeia que se deseja marcada pela paz.

A convocação para a paz tem sido feita por verdadeiras marés humanas formadas por cidadãos em todo o modo. É um movimento que não pára de aumentar em cada dia que a guerra parece estar mais próxima.

Em Lisboa, a A25A associou-se aos movimentos de protesto contra a guerra ao Iraque integrados nas manifestações que se realizaram em Lisboa nos dias 15 de Fevereiro, e 22 de Março e à conferência-comício realizada dia 1 de Março, na Aula Magna. Dois momentos em tempo diferentes mas com o mesmo registo: o pendor da paz e a exigência do respeito pelo Direito Internacional na ordem vigente nas Nações Unidas.

Maria de Lurdes Pintasilgo enalteceu a importância das manifestações em todo o mundo contra a guerra e apontou-as como um sintoma de que estamos perante uma verdadeira demonstração de democracia directa global. Uma ideia interessante para opor à nova visão imperial. ■

DN - Amin Chaar

Milhares de pessoas concentraram-se no Porto para clamar pela paz

Rangel de Lima recorda generais para a paz

AMOR à paz, humanidade, responsabilidade e consciência são valores perenes. Esta mesma consciência tiveram-na os generais da NATO que na década de 80, juntamente com camaradas do Pacto de Varsóvia, se constituíram na Reunião de Generais na Reserva da OTAN e do Pacto de Varsóvia.

Perante a iminência de guerra no Iraque, vale a pena recordar, ainda que muito sucintamente, o gesto de homens que, tendo sido treinados para a guerra e pese embora fossem de culturas diferentes, face à ameaça destruidora do nuclear, foram capazes de se encontrar para parar e reflectir sobre a paz.

O tenente-general Rangel de Lima foi um dos raros militares portugueses a participar nessa iniciativa. Incomodava-os, sobretudo, o perigo causado por um conflito nuclear, já que a destruição consequente à acção militar era imensamente desproporcionada face à noção de utilidade social da guerra.

A realidade mundial hoje é outra, bem diferente daquela que se viveu em plena «guerra--fria». Porém, diante da ameaça de destruição de nações, o paradigma político é o mesmo. Ontem como hoje, sublinhou o tenente-general Rangel de Lima a *O Referencial*, «a única solução para evitar a guerra é fomentar as relações entre países» e manter a hierarquia de valores sociais convergentes à cultura da paz. ■

De todos os gestos de João Paulo II ligados ao problema do Iraque, sobretudo, perpassa a consoladora evidência de que, neste conflito, a guerra não será religiosa

CONFLITO

Mediação do vaticano

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

PERANTE o grave conflito do Iraque e a iminência da guerra, a diplomacia do Vaticano revelou uma vez mais a sua extraordinária capacidade de lançar pontes de diálogo e de se assumir como uma instância mediadora de recursos inigualáveis.

Discreta, sábia e milenar, a diplomacia do Vaticano tem no pontificado de João Paulo II o carisma do «Papa que mudou o mundo» e a determinação de um grande crente empenhado em derrubar todos os muros que ainda separam o Homem, comunidades, povos e nações.

Neste advento de guerra, o Vaticano não poderia assistir impávido e sereno ao desfilar do corropio diplomático de representantes dos EUA, de estados membros da União Europeia e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ao duvidoso conceito da «guerra preventiva» importava opor e demonstrar não apenas a doutrina da «guerra justa» mas, sobretudo, apresentar o valor da paz.

Neste contexto e na fidelidade ao princípio de que «cada cidadão e cada governante deve trabalhar no sentido de evitar as guerras» (*Catecismo da Igreja Católica:* 2308), João Paulo II decide, contra a corrente, dar um sinal ao mundo e, em particular, ao novo império, de que se os homens quiserem vale a pena dar uma oportunidade à paz.

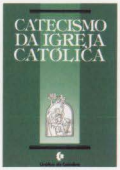
Enquanto o Conselho de Segurança apreciava os resultados de recentes inspecções no Iraque; enquanto Blair e Bush se envolviam em esforços de guerra; enquanto de Paris e de Moscovo se ouviam ameaças de veto; João Paulo II mandava a Bagdad um dos purpurados de maior prestígio da Cúria Romana, o cardeal Roger Etchegaray, com uma mensagem pessoal para o presidente Saddam Hussein e, simultaneamente, recebia o vice-primeiro-ministro iraquiano Tarek Aziz, um cristão caldeu, no Vaticano. Dois homens de missões difíceis

Os cardeais Roger Etchegaray e Pio Laghi foram enviados de João Paulo II a missões difíceis para lançarem pontes de diálogo em defesa da paz. A diplomacia do Vaticano continua activa

e de mundos diferentes cruzavam os ares em busca de soluções para evitar a guerra: a disponibilidade de o Iraque aceitar as condições da ONU e a garantia de todas as diligências diplomáticas do Vaticano para defender as difíceis razões da paz. Além do arriscado conteúdo político de que cada uma destas missões foi portadora, Etchegaray e Aziz deram um inequívoco testemunho religioso. O cardeal católico celebrou a eucaristia, em liberdade, num país muçulmano; o ministro iraquiano rezou em Assis junto do túmulo de S. Francisco. Gestos simbólicos a marcar a possível convivência entre o Islão e o Cristianismo. Mas, João Paulo II foi mais longe. Numa decisão corajosa, pela implícita oposição à cultura de guerra do novo império, manda o cardeal Pio Laghi a Washington como seu enviado especial ao presidente George W. Bush. Tal como o cardeal Etchegaray, o cardeal Laghi é um «peso pesado» do Vaticano. Fez amizade com George Bush pai, quando este era vice-presidente de Ronald Reagan, chegando a ser seu parceiro de ténis e, mais tarde, a desfrutar de entrada livre na Casa Branca. Laghi transmitiu ao presidente Bush as iniciativas tomadas pelo Vaticano no sentido de contribuir para o desarmamento e a paz no Médio Oriente; Bush explicou ao mensageiro do Papa as razões dos EUA.

Justificações para a «guerra preventiva» encontram-nas os seus detractores no cheiro fétido do petróleo e na consolidação hegemónica imperial e os seus defensores na diabolização do ditador Saddam Hussein.

Das iniciativas diplomáticas do Papa fica o elevado preço do empenhamento na mediação para a paz, com um distanciamento sem precedentes nas relações entre o Vaticano e os EUA. Mas, de todos os gestos de João Paulo II ligados ao problema do Iraque, sobretudo, perpassa a consoladora evidência de que, neste conflito, a guerra não será religiosa. ■



O limite fundamental da teoria da guerra justa residiu na sua intenção prioritária: impedir o recurso à força, onde fosse absolutamente necessário

Intervenção militar no Iraque?

D. JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA
Bispo das Forças Armadas e Segurança

ESTE É O MOMENTO para nos interrogarmos – Clausewitz onde estás tu? – em que consiste a arte da guerra neste início do século XXI, em que se desconhece onde está o inimigo, onde estão as fronteiras, quais são as armas (Jean Daniel). Como o referia, em 1870, Faidherfe a Gambetta: «Não gosto da guerra, ainda que a tenha feito, ou melhor, porque a fiz toda a minha vida.»

1. Ninguém pode estranhar o cuidado ético da Igreja Católica no tocante a problemas como os da justiça e da vida. É bem oportuno destacar esse encargo, por mais delicadezas que levante. Inquietantes são o silêncio, o vazio ou os equívocos dessa atitude serviçal em alguns períodos históricos. Felizmente que, por contraste, pessoas e tendência opostas matizaram, noutras suas épocas, o preceito evangélico: "Não matarás".

Sem confusão de papéis e terrenos de acção, a comunidade da Igreja é solicitada a promover sempre a dignidade da pessoa, a defendê-la das injustiças, a questionar absolutismos de decisão e a formular propostas de construção social, endereçadas aos seus membros. Mas, na cooperação com tudo e com todos, a Igreja dirige-se, em espírito fraterno, que não imperial, a tantos quantos se solidarizam com uma ética global, chama-se-lhe humanismo, versão plural, transformação do mundo.

2. Que julgar da hipótese, senão da quase certeza da intervenção militar no Iraque, por parte dos Estados Unidos?

À luz da concepção da «guerra justa» não há quaisquer dúvidas quanto à sua ilegitimidade.

A justificação do *ius in bellum* (direito para a guerra) supõe um conjunto de condições, as quais o viabilizam numa instância extrema, a saber:

a) a guerra deve ser declarada e efectivada por uma autoridade legítima; b) deve servir para defender bens e direitos de carácter essencial, colocados em risco por uma ameaça injustificada; c) urge esgotar todas as alternativas possíveis, antes de optar pela força; d) o mal provocado, em resultado do conflito, não deve ser maior que a injustiça a superar.

Refira-se, a propósito, que estas exigências foram, gradualmente, acentuadas pela fundamentação da atitude defensiva. Embora muitos autores não considerem haver diferenças entre «guerra justa» (que é defensiva) e a «defensiva» (que é justa), outros, chamam a atenção para o facto de estarem agora melhor contempladas as motivações da noção clássica, sobretudo, no respeitante à injustiça que origina o conflito, ao último recurso, à proporcionalidade entre as consequências e as da situação originária, e, por fim, à decisão inquestionável do Estado [1]

Esta a razão por que é privilegiada a nomenclatura de autodefesa ou guerra defensiva. Numa visão primeira, ia-se logo para a guerra em nome dos direitos calcados, como quem vinga a desonra da família. Não havia tempo... nem feitio para a concertação diplomática, para o esforço humanizador, para a ponderação da equidade.

Na prática, o limite fundamental da teoria da guerra justa residiu na sua intenção prioritária: impedir o recurso à força, onde fosse absolutamente necessário.

Mas, contemporâneamente, a perspectiva defensiva sublinha o esforço para alternativas ao derradeiro recurso.

Destaque-se a ilegitimidade da guerra ofensiva, preconizada por Pio XII, a prioridade da solução política em relação com a militar, de acordo com a encíclica *Pacem in Terris*, quando o Papa João XXIII propõe a superação dos diferendos «não com as armas mas por meio de negociações e acordos» (nº. 126), e, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Ecuménico Vaticano II: «esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se poderá negar aos governos o direito de legítima defesa» (nº. 79).

Esta é, nos nossos dias, a orientação do Papa João Paulo II, cuja súmula de pensamento se consubstancia no «Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, em 13 de Janeiro de 2003», onde reafirma que «a guerra nunca é uma fatalidade e é sempre uma derrota para a humanidade».

E, no seguimento da guerra do Golfo, colocado perante a novidade duma guerra ofensiva, o Papa enuncia o conhecido princípio: «Como recordava a Carta da Organização

(Continua na pág. 20)

Figuras públicas portuguesas misturaram-se com gente anónima numa mole humana de boa vontade a pedir a paz e a solução dos conflitos no âmbito das Nações Unidas e no quadro do direito internacional

CONFLITO

Direitos reservados

João Paulo II ao corpo diplomático: «A guerra nunca é uma fatalidade e é sempre uma derrota para a humanidade.»

Não há guerras santas...

(Continuado da pág. 19)

das Nações Unidas e o Direito Internacional, não podemos recorrer a ela [à guerra], mesmo quando se trata de garantir o bem comum, a não ser como última possibilidade segundo condições muito rigorosas, sem negligenciar as consequências para as populações civis durante e depois das operações militares.»([2])

3. No âmbito da respeitabilidade para com o direito internacional e os imperativos éticos não estaremos a favorecer a manipulação de Saddam? Não se poderá vir a atribuir à União Europeia a cumplicidade com a desordem, sob o pretexto de uma atitude crítica?

Não configurarão as posições da Igreja Católica, no mais alto do seu magistério, o colaboracionismo com forças ideológicas e com a tirania implantada, havendo um dia a história de as julgar como cobardes face ao «eixo do mal»?

O relatório *Uma década de mentira e repto* do Presidente George Bush, apresentado em 12 de Setembro de 2002 ao Conselho de Segurança, invoca contra o Iraque o desrespeito pelas dezasseis resoluções das Nações Unidas; a posse de armas de destruição maciça no presente e no passado; a violação dos direitos humanos; o terrorismo (acolhimento de organizações palestinianas); a existência de prisioneiros de guerra; os bens confiscados durante a guerra do Koweit e o desvio do programa «Petróleo contra alimentos».([3])

No entanto, antes da resolução 1441 emanada do Conselho de Segurança, decorrente daquela nota de culpa, em 8 de Novembro de 2002, o presidente da Conferência Episcopal dos Estados Unidos, numa carta endereçada a G. Bush, a 13 de Setembro, torna pública a discordância dos bispos, concluindo por uma pergunta e um pedido: «Para eliminar sérias ameaças, teria êxito o uso preventivo e antecipado da força, ou, pelo contrário, que impacto teria sobre a população civil, outra guerra na Iraque? (...) lhe pedimos que, com urgência, dê um passo atrás nesta fronteira da guerra (...).» ([4])

Até às actuais investigações em curso (e subscrevo esta reflexão por volta de 11 de Março de 2003), verifica-se, duma forma genérica: a) a inexistência de provas no tocante ao relacionamento com a Al-Quaeda; b) a ausência de descoberta de armas significativas, em contraste com outros países, cujo arsenal é do conhecimento público; c) a não excepção, infelizmente, da brutalidade de Saddam no campo dos direitos humanos, em relação a Estados cuja legitimidade não

O direito à autodefesa pressupõe a ameaça de um ataque real e iminente e não o risco de um ataque potencial. À luz da concepção da guerra justa a interveção no Iraque é ilegitima

assenta na escolha democrática, e com alguns dos quais os Estados Unidos mantém uma grande proximidade; d) o menos significativo perigo para os países vizinhos, dada a supervisão do território, após o embargo; e) a vigência de raízes mais profundas no procedimento da administração norte-americana, na óptica de alguns analistas, em que sobressaem a sinalização do Iraque enquanto plataforma do terrorismo internacional, a cujo índole se prende a elaboração da teoria da guerra preventiva («a única defesa consiste em apanhá-los agora [aos terroristas], onde quer que se encontrem, antes de eles poderem estar em condições de organizar o seu golpe») ([1]); o domínio do golfo arabo-pérsico e de seus conhecidos recursos; por fim, o super-domínio duma ordem mundial através do redesenho geográfico da região e de demais projecções geopolíticas.

4. Atentos estes considerandos, concluo que, do ponto de vista ético-jurídico, ao qual faz apelo a concepção eclesial, nenhumas razões sobram até ao momento, a justificarem medidas de extremo recurso. Releve-se a inexistência da aprovação devida, por parte do Conselho de Segurança, de uma guerra ofensiva, e a ilegitimidade de uma concepção defensiva, sob as roupagens de «guerra preventiva», a qual, entre vários índices, subentende o cariz fundamentalista de opções doutrinais (não há guerras santas ... Só a paz o é!)

Pensadores católicos dos Estados Unidos, como M. Novak e G. Weigel, sustentam a especulação referenciada, enquanto modalidade de autodefesa contra possíveis ou reais ameaças.

Esta teoria redunda na consagração de um direito de ingerência, sem peias nem norte, sob os ventos do unilateralismo, contrabalançando os interesses, a ausência da protecção jurídica. O direito à autodefesa pressupõe a ameaça de um ataque real e iminente e não o risco de um ataque potencial. O subjectivismo de posições unilaterais, para além das impostas fragilidades impostas ao único areópago universal de decisão jurídica, agrava-se com a dependência consentida de alguns países e suas políticas, em nome de alianças cuja fidelidade seria tanto mais respeitável quanto assentasse na lucidez e liberdade críticas. As opções deveriam incluir o direito. Firmá-las na dependência da força, proporcionais às carências de quem se lhe alia, é inaugurar uma relação unidimensional de aproveitamento. Mas o utilitarismo explica conúbios desta índole.

Chama-se a atenção, por fim, para a ambivalência das acusações norte-americanas, sem clareza nem distinção, onde o primado equívoco das acusações (armas maciças?, derrube do regime, etc. etc.) ombreia com emocionalismos próprios da mística «eixo do mal». A única forma de recuperar as pressões psicológicas, que distinguem as imposições fundamentalistas, é o testemunho do bem civilizacional, que sacode os fanatismos (quaisquer sejam eles). Se os Estados Unidos construíssem hospitais e jardins de infância, universidades e fábricas, lares de terceira idade e estruturas de água potável ..., não seria preciso desarmar ninguém. Mas, pessoalmente, sou de opinião que o desarme deve ser efectivado por outras formas e modalidades de não violência.

E volto, mais uma vez, a Freud: «tudo o que fomente e evolução cultural, actua contra a guerra»([2])

E o terrorismo, acrescento. ■

---

[1]*José Segura Etxezarraga,* Violência e guerra, *in Marciano Vidal (org.), Ética Teológica, trad., Petrópolis, Ed. Vozes, 1999, pp. 739-762*

[2]Osservatore Romano, *18 de Janeiro de 2003*

[3]*Ignacio Ramonet,* A era da guerra perpétua, *in* Le Monde Diplomatique, Ed. portuguesa, *Março de 2003, nº. 48, pp. 1 e 16-17*

[4]*Wilton D. Gregory,* Carta sobre o Iraque, *in* Comunidade Cristã da Serra do Pilar, *Vila Nova de Gaia, 10 de Novembro de 2002. Cfr. Também Jimmy Carter,* Guerra justa ou injusta, *in* Visão, *Lisboa, 13/19 de Março de 2003, nº. 523, p.84*

[5]*James Wodsey, antigo director da CIA, in I. Ramonet, art. cit., p. 16*

[6]Porquê a guerra? Reflexões sobre o destino do mundo, *trad., Lisboa, Ed. 70, p.75*

Direitos reservados

A forma de recuperar pressões psicológicas é o testemunho do bem civilizacional

Vasco Gonçalves

Um General na Revolução

DAVID MARTELO

COM O TÍTULO em epígrafe, acaba de ser publicado o segundo volume da colecção «Histórias da História», editado pela Editorial Notícias. Tal como o anterior, também este é um trabalho de recolha de testemunhos da Revolução dos Cravos, elaborado no âmbito do Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra) e da responsabilidade de Maria Manuela Cruzeiro. A autora, profunda conhecedora dos meandros da Revolução, apresenta-nos um trabalho com a alta qualidade a que sempre nos habituou, conduzindo com assinalável mestria o diálogo com o general Vasco Gonçalves (VG), como o fizera, anteriormente, com o general Costa Gomes. O prefácio da obra é, só por si, um felicíssimo exemplo da grande sensibilidade, sólida preparação e inteligência com que a autora «pega» no tema da entrevista. É profundamente consolador podermos atestar que a colaboração entre a A25A e o CD25A constituiu uma afortunada decisão e que os resultados estão à vista.

Tratando-se de uma entrevista, a recensão da obra não pode ficar, apenas, pela apreciação do trabalho de quem a conduz. Vasco Gonçalves é, embora de modo diferente, o «outro» autor – em rigor, autor e protagonista. Deste modo, a Maria Manuela perdoar-nos-á que utilizemos o restante espaço de que dispomos para uma breve análise ao desempenho do entrevistado.

Antes disso, importa avisar o leitor menos conhecedor do autor destas linhas, que nos posicionámos, durante a Revolução, entre aqueles «pequenos e médios» capitães de Abril que consideravam a via eleitoral como única forma de progredir rumo à Democracia. Não pertenceríamos – segundo o critério de VG – ao que ele designa por «militares mais esclarecidos do MFA» (p. 120). Como nós, muitos outros haviam assistido à luta que a oposição democrática travara, durante o Estado Novo, para obter o direito a eleições livres e justas. Era natural, portanto, que encarássemos a via eleitoral com algo de verdadeiramente sagrado e inultrapassável em termos de legitimidade. Por conseguinte, concordamos com o entrevistado quando, muito justamente, afirma que « [...] é preciso ver que o MFA não era um movimento revolucionário. Precisava de derrubar o fascismo para poder pôr fim à Guerra Colonial por meios políticos, mas não tinha ao princípio, no seu horizonte, uma revolução social.» (p. 67)

A breve trecho, porém, se colocou a hipótese de o MFA, transformado em movimento revolucionário, se constituir em vanguarda do povo. Conforme VG recorda a propósito do discurso do Sabugo, « [...] não podíamos perder por via eleitoral as conquistas que o povo português ia alcançando». (p. 116)

O gonçalvismo em letra de forma

Aqui, dando de barato a própria controvérsia que este conceito encerra, era preciso saber se essa vanguarda existia, isto é, se o MFA dispunha dos meios humanos capazes de materializar esse autêntico motor da revolução. A este propósito, diz-nos VG: « [...] a maior parte dos oficiais (nomeadamente do QP) despertava agora para a consciencialização dos grandes problemas do país através do contacto directo com a realidade social portuguesa [...] Tornava-se, por isso, necessário um forte enquadramento político [...] que conduzisse ao esclarecimento e à adopção de uma linha de acção coerente, de acordo com o Programa. Ora nós não dispúnhamos de um número de militares suficientemente preparados para tal trabalho político.» (pp. 125-126)

Se não dispúnhamos, os «militares mais esclarecidos do MFA» deviam sabê-lo melhor do que ninguém. A recordação da assembleia do MFA de 8 de Julho de 1975 proporciona, a este respeito, uma das passagens mais reveladoras da entrevista. Vasco Gonçalves recapitula as ideias do seu discurso de então e admite que, pouco tempo depois, tinha chegado à conclusão de que a ideia da existência de uma vanguarda política era um conceito que «estava demasiado avançado em relação ao grau de amadurecimento político dos militares». (pp. 179-180) Depois, relembra que, na mesma assembleia, foi apresentado o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA que, no seu entender, «era até mais radical do que o meu, e os dois foram aprovados no mesmo dia, apesar de um discurso moderado que o general Costa Gomes fez no início dessa mesma assembleia e com o qual também concordei» (p. 180) – o que, convenhamos, não traduz um grau de «esclarecimento» particularmente firme.

O Programa do MFA (PMFA) também é invocado, diversas vezes, de forma algo hesitante e contraditória. Por um lado, afirma VG que «É bom que se saliente que nós empenhámos a nossa honra e comprometemo-nos uns com os outros sobre o Programa do MFA», (p. 57) o que carece de algum esclarecimento adicional. Quem ler esta afirmação e não tiver andado nos meandros da conspiração poderá ser levado a imaginar que o Programa foi amplamente discutido antes de 25 de Abril de 1974 e devidamente aprovado e jurado. É preciso que fique para a História que a generalidade dos militares de Abril teve conhecimento do dito Programa ao mesmo tempo que o resto do povo português, isto é, a 26 de Abril de 1974.

Ainda a propósito do mesmo documento, VG discorda de Dinis de Almeida quando este o classifica de «franca e preocupante generalidade», replicando que o PMFA compreendia «um processo de democratização com a instauração de liberdades e direitos políticos e sociais, a realização de eleições livres para uma assembleia constituinte, uma política económica posta ao serviço do povo, particularmente das camadas mais desfavorecidas, o que implicava, necessariamente, uma estratégia antimonopolista. Tratava-se, pois, de princípios orientadores e não generalidades.» (p. 59) Mais à frente, porém, revela bastante menos entusiasmo ao referir: «Se ler o Programa do MFA, verá que é um documento simples, uma declaração de princípios simples, apesar de responsável.» (p. 115)

Ao aproximarmo-nos do final da entrevista percebemos a enorme ferida que VG guarda relativamente ao Grupo dos Nove. Não nos alongaremos na apreciação desta

polémica matéria, esperando e desejando que sejam os próprios visados a fazê-lo. Mas importa salientar que a mágoa sentida por VG o faz mergulhar numa contradição repetidamente aflorada ao longo da entrevista: a confessada escassez de «quadros suficientemente preparados» e a espécie de teimosia em, mesmo assim, querer avançar em passo acelerado. É difícil, por conseguinte, determinar se se trata de preclara lucidez ou teimosa cegueira a afirmação que faz, em jeito de remate:

«Em conclusão: a diferença estava na forma como era encarado o atraso da consciência social. Os moderados consideravam-no, quase fatalisticamente, como obstáculo às transformações revolucionárias; os outros, os chamados gonçalvistas, viam-no como um desafio à nossa capacidade mobilizadora.» (p. 201)

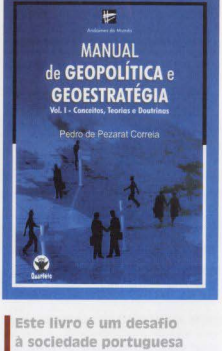
Verdadeiramente comovente é a apreciação que faz de Melo Antunes (p. 207 e sgs). Talvez se não tenha feito, até este depoimento, uma tão rigorosa como justa distinção entre o que separava o pensamento de Melo Antunes do voluntarismo gonçalvista. Que esta distinção tenha sido feita por VG, com tanta seriedade, é, naturalmente, um aspecto que merece ser aplaudido.

Verdadeiro tratado sobre o gonçalvismo, o livro tem o enorme mérito histórico de revelar todas as virtudes e contradições da figura de Vasco Gonçalves. A franqueza do entrevistado e a fraqueza de muitas das suas posições permitem fazer deste depoimento o que cada um quiser

Verdadeiro tratado sobre o gonçalvismo, o livro tem o enorme mérito histórico de revelar todas as virtudes e contradições da figura de Vasco Gonçalves. A franqueza do entrevistado e a fraqueza de muitas das suas posições permitem fazer deste depoimento o que cada um quiser: sublinhar a grandeza humana do revolucionário, o seu desejo de superar a realidade e a sua irrepreensível honestidade, ou, em alternativa, cravar, convictamente, os últimos pregos no caixão da revolução gonçalvista. Do velho general ficará, indelével, a feliz imagem que Manuela Cruzeiro nos dá no seu prefácio: «Ninguém como ele lutou para fazer coincidir o tempo ideal com o real...». ■

Um geo-compromisso transformador

MANUAL DE GEOPOLÍTICA e Geoestratégica, Volume I – Conceitos, Teorias e Doutrinas eis o título do novo livro do general Pedro Pezarat Correia, da Colecção Andaimes do Mundo coordenada por José Manuel Pureza, e recentemente dado à estampa pela Quarteto Editora.



Com a sala repleta de amigos e admiradores de Pezarat Correia, o livro da autoria do director de *O Referencial* foi oficialmente apresentado dia 17 de Dezembro de 2002, na sede da Associação 25 de Abril, por José Manuel Pureza, coordenador do Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Académicos e militares, analistas e estrategistas, amigos do Homem e do Cidadão pensador e empenhado, juntaram-se para receber a obra que sintetiza a actividade de Pezarat Correia, nos últimos tempos, como docente universitário da cadeira de Geopolítica e Geoestratégia daquela faculdade, e que traduz um pensamento inovador.

«A Geopolítica aparece estudada nestas páginas numa perspectiva de inovação discursiva e analítica. À Geopolítica clássica – assente em doutrinas sobre o poder nacional, sobre o poder mundial ou sobre a especificidade do poder nuclear – Pezarat Correia contrapõe a nova Geopolítica – aquilo a que sugestivamente chama 'a Geopolítica contra a Geopolítica clássica' – com refracções imensamente desafiantes como as da Ecopolítica, da Demopolítica ou da Geoeconomia.» Nesta síntese feliz de José Manuel Pureza fica feita a melhor apresentação do livro. Porém, o coordenador da Colecção Andaimes do Mundo foi mais longe na sua apreciação:

«Há uma outra e ponderosa razão para que este livro seja importante. É que ele é um desafio à sociedade portuguesa. Escrito por um militar brilhante, este Manual veicula noções e maneiras de pensar que têm sido pura e simplesmente ignoradas pela generalidade das instituições nacionais. Em todas elas, carecemos de um pensamento estratégico e de uma programação operacional correspondente, capazes de potenciar uma acção eficaz e com capacidade de multiplicação. Em Portugal navega-se à vista e cultiva-se o improviso. O único conceito estratégico conhecido (?) é o da defesa. As o país e as suas instituições precisam claramente de jogar ao ataque. Nas universidades e centros de investigação, por exemplo, não é admissível a persistência de uma cultura de

Este livro é um desafio à sociedade portuguesa porque veicula maneiras de pensar que têm sido ignoradas pela generalidade das instituições nacionais

mediocridade mesquinha travestida de ciência infalível. Vale a pena passearmo-nos pelas primeiras páginas deste livro e ver nelas um desafio, a partir da universidade e para ela própria, à adopção de uma cultura de pensamento estratégico em todas as escalas da nossa acção pública.»

Assumindo este livro como «mais um serviço de grande importância» prestado pelo seu autor, José Manuel Pureza considera muito significativo que o último capítulo do livro se ocupe de «uma estratégia para a paz». Um desígnio desafiante que leva um militar a «escrever um manual de Geopolítica para defender a paz e não a guerra.»

Antes, Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, manifestara a sua alegria por acolher tantos amigos à volta do seu amigo Pedro, para celebrarem o nascimento de um novo livro. Acontecimento que Pezarat Correia revelou, depois, capítulo por capítulo. E, nós daqui proclamamos: vale a pena ler este livro que, no dizer de José Manuel Pureza é um geo-compromisso transformador. ■

Dezenas de pessoas estiveram na Biblioteca Municipal de Viseu para receber o livro de Diamantino Gertrudes da Silva

Lançamento do livro 'Deus, Pátria e a... Vida'

NUM AUDITÓRIO completamente lotado, com mais de duas centenas de pessoas, na novel Biblioteca Municipal de Viseu, teve lugar no passado dia 15 de Fevereiro ao fim da tarde, o lançamento do livro do nosso muito estimado consócio Diamantino Gertrudes da Silva, com o título *Deus, Pátria e a ...Vida*.

A apresentação esteve a cargo do nosso prezado director, Pedro Pezarat Correia, que na sua intervenção salientou, além do mérito da obra em si mesma, a elevada estatura humana, moral e intelectual do autor.

A A25A, através da sua Delegação do Norte, como foi salientado por este último na sua intervenção, apoiou também o referido livro e esteve presente com muitos dos seus associados no acontecimento.

Horas antes, no Regimento de Infantaria da mesma cidade, ao qual Diamantino Silva está indelevelmente ligado, decorreu uma homenagem em sua honra, em que participaram um grande número dos seus amigos, camaradas, ex-camaradas e muita gente que o estima e admira. Após a oferta de várias lembranças, seguiu-se um almoço naquela unidade militar.

Parafraseando as palavras proferidas na cerimónia pelo comandante da unidade, coronel Carlos H. Pinheiro Chaves, o evento foi fundamentalmente o reconhecimento de uma dívida de justiça e gratidão para com um Homem que sempre se guiou e continua a guiar por ideais e convicções. ■

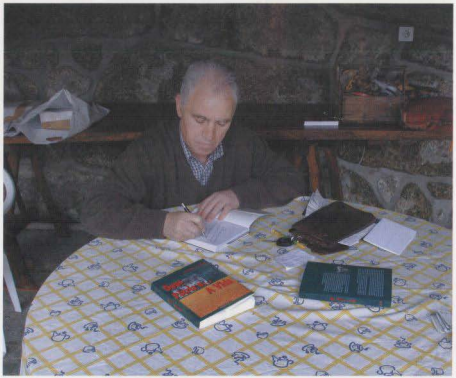
Pezarat Correia apresentou «Deus, Pátria e a... Vida»

Viajar entre dois espaços

E se o que se passou comigo e com quase todos os outros que naquela guerra andavam, e que eram fruto, mais coisa menos coisa, da mesma criação, ajuda ou não a compreender como é que aguentamos aquele esforço durante treze anos, isso é que em ligar não sabemos: mas alguma influencia deve ter tido."

Deus Pátria e ..., Vida

ANTÓNIO DELGADO DA FONSECA



Diamantino Gertrudes da Silva quando autografava o seu livro

ALGUÉM tinha de o fazer. Algum de nós tinha de escrever um livro assim.

O coronel Diamantino Gertrudes da Silva acaba de o publicar e apresentou-o há dias na cidade de Viseu, às gentes da sua terra, como era de justiça que acontecesse.

Digo que algum de nós, capitães de Abril, tinha de escrever este livro porque se impunha deixar testemunho de uma geração, de um tempo, de uma sociedade, duma guerra. Um livro que fosse o traço branco da linha de partida para um Portugal moderno. Que mostrasse as origens magmáticas da Revolução dos Cravos.

Sobretudo um livro que falasse a língua daquele tempo original, que escrevesse as palavras que usámos no início, a linguagem de infância de onde viemos muitos de nós, quase todos nós. Um livro que falasse como se falava na nossa terra, como se fala ainda nas aldeias que restam daquele mundo que vai desaparecendo.

Este livro era indispensável a muita gente, mas sobretudo a mais de um milhão de homens que fizeram a guerra colonial, e às Mães e esposas que cá deixaram, para que possam recapitular a história de cada um e entender a história de todos. Porque é tempo de reconforto numa identidade que só agora aqui se descobre.

Deus Pátria e ... Vida é esse livro de memória em carne viva disfarçada em corrosiva humildade de propósitos.

De suave escrita mas de ácido humor, é agreste no que conta, porque as vidas que relata são simples mas densas como os barrocos graníticos das Serras por onde penou o seu autor. Por isso dói tanto ao ler: porque é verdadeiro no que expressa na linguagem rude poética e sábia de quem aprendeu da Vida na escuridão de Deus e da Pátria

Solicitado pelo director de *O Reerencial* para escrever este texto sobre o livro do Gertrudes aceitei por instinto de amizade, mesmo antes de o ler; mesmo sabendo que não sou bom de escrita. Mas uma já velha amizade de que não conhecia bem os fundamentos, deixava-me na expectativa de que se tratasse do livro que me faltava, do livro que me ajudasse a explicar-me e ao mundo onde vivi. Não me enganei, e ao lê-lo o mesmo irão sentir todos os que como eu nasceram e cresceram nos tugúrios das aldeias perdidas dum país perdido nas sombras de Deus e da Pátria - não das da família que essa existiu e nos foi suficiente.

Sem pretensões de crítico literário, volto-me para o que mais me tocou no livro.

Antes de mais identifico-me inteiramente com os espaço e os tempos em que se desenrolam os actos e a vida. Direi mesmo que podia ser a história da minha.

Conheço aquelas serras e aquelas terras como conheço as minhas mãos. Conheço os ofícios e os calos que deixam nas mãos. Conheci a mesma dor e, como tantos de nós, sofri da desilusão da descoberta de tantas mentiras com que nos mentiam para que continuássemos de cabeça baixa, humildemente, a esgravatar a terra ou a regá-la com sangue, para que tudo continuasse feliz na casa Portuguesa, com certeza...

Foi daquele mundo — ... que já não é deste reino — que numa gravidez de guerras africanas saiu o país que somos hoje. Por isso este livro é tão importante. E ainda assim teve que ser escrito por um de nós, que venceu a humilhação de ter de se desnudar perante todos, de contar alto e claro as suas e as nossas vergonhas, como no filme de Ingmar Bergman.

Sei que as novas gerações vão ter muita dificuldade em perceber o teu livro, meu caro Gertrudes. O tempo já é outro, e não lhes será fácil de acreditar que os seus pais ainda comprassem azeite ao quartilho servido em peles de cabra com pelo e tudo e que, soldados das fráguas do Leomil e da Gralheira, tivessem ido, como bons cordeiros, armados de canhotas e burros do mato, fazer a guerra para defender a Pátria em impossíveis Áfricas nossas.

Também os outros, os que sempre têm voz e jeito para nos manter calados, não vão gostar do teu livro. Dirão que falas mal, que escreves pior, que metes merda por todos os cantos. O mais provável é que nem sequer dirão nada. Ficarão, como sempre, à espera que o vento leve o cheiro do estrume. Eles não sabem nem sonham que é com estrume que se aduba a terra para as boas colheitas.

Mas a maior parte dos homens e mulheres da nossa geração que vierem a ter a possibilidade de ler este livro - e é bem necessário fazer com que muitos o possam ler - irão ter o prazer de estar vivos e ter participado destas vidas. Irão voltar às origens e revisitar com o autor os locais da nossa infância onde sempre nos levam os sonhos nos intervalos das canseiras.

Não me atrevo a pronunciar-me sobre a qualidade literária da obra *Deus pátria e... Vida*, mas ainda assim, não posso deixar de reconhecer que o jogo inteligente de viajar entre dois espaços e dois tempos tão diferentes entre si permitiu ao autor construir um mundo coerente e suficientemente forte para se afirmar como uma respeitável obra literária. Outros classificar-lhe-ão o estilo, eu destaco-lhe algumas belas metáforas, a maravilha do falar do povo, e a sabedoria que só a vida, plenamente vivida, vai ensinando. ■

Concurso de fotografia regista fraca participação

O Concurso de Fotografia da Associação 25 de Abril, em tão boa hora lançado pela Direcção com o objectivo de divulgar os talentos dos nossos associados revelados através da imagem, tem ultimamente registado fraca participação. Assim é, pois no último trimestre recebemos apenas duas fotos enviadas por Carlos Duarte. As imagens que aqui fixamos registam: Palheiro da Costa Nova /Ílhavo (à esquerda), e Moliceiros.

Ao publicarmos estas imagens, em primeiro lugar, fazêmo-lo por respeito e em homenagem ao seu autor, e, em segundo, na esperança de que este alerta e o exemplo de Carlos Duarte possa frutificar e constitua um incentivo à participação de outros associados. ■

Convites feitos à A25A

No último trimestre a Associação 25 de Abril e a sua direcção receberam os seguintes convites:
Consulta de Sexologia do Hospital Júlio de Matos: inauguração da exposição «O corpo objecto do desejo» e inauguração da exposição «Exposição Internacional de Ex-libris Eróticos», 29-01-2003
Associação Escadote Cultural: inauguração da exposição Internacional de Arte Postal sobre Fernando Pessoa, 19-01-2003

Associação Nacional de Sargentos. comemorações do 31 de Janeiro de 1891 – Dia Nacional do Sargento, 01-02-2003

Associação de Oficiais das Forças Armadas: Fórum de debates – Discussão da reforma do Ensino Superior Militar, 18-01-2003

Câmara Municiapl de Sintra: Exposição «Aristides de Sousa Mendes, a coragem da tolerância», 30-01-2003

CEDA- Centro de Estudos Documentais do Alentejo: sessão de apresentação do livro de poesia «O meu amor é árabe», 30-11-200
Confederação Nacional das Associações de Pais – CONFAP: Seminário Nacional –Sucesso do insucesso, 25-012003

Clube do Sargento da Armada: lançamento da colectânea «Aragem poética» I Vol. de Catarina Malanho Semedo, José Monchique, Manuel Viana e Natália Parelho Fernandes, 14-12-2002 e tomada de posse dos órgãos sociais, 01-02-2003

Conselho de Administração do Montepio geral: lançamento do livro «As Mulheres do meu país» de Maria Lamas,12-12-2002

Companhia de Teatro de Almada: Espectáculo As três irmãs de Tchecov, 28/30–11-2002

Editorial Caminho e Cantro de Estudos de Teatro da FIL: lançamento do livro Água em Pena de Pato, de Mário de Carvalho: um teatro do desencanto» de Marie-Amélie Robilliad, 06-12-2002; lançamento do livro 2 História de Natal de Alice Vieira, 05-12-2002; lançamento do livro Estória do homem que comeu a sua morte e outros contos de Ascêncio de Freitas, 20-12-2002; Conversa ao fim da tarde com Diana Belessi – paixão pela poesia de Sophia de Mello Breyner Andersen, 06-02-2003

Escola Superior de Educação de Beja: Debate sobre O projecto de revisão curricular para o ensino secundário, 01-02-2003

Lisboa Arte 2003: inauguração de pintura de Gil Maia, 18-01-2003
Ministro da Cultura e directora do Instituto dos Arquivos Nacionais: inauguração da exposição Pelos Séculos d'O Século, 16-12-2002

Museu Nacional da Imprensa: inauguração do IV Porto Cartoon, 23-12-2003
Museu Nacional da Imprensa e presidente da Câmara Municipal de Moura: inauguração da exposição A Planície (1952/1964) 50º Aniversário do jornal cultural que saiu de Moura, 13-12-2002

Teatro da Cornucópia: estreia do espectáculo A Vida é um Sonho, 23-01-2003 ■

Ofertas à A25A

No último trimestre, a Direcção da Associação 25 de Abril recebeu as seguintes ofertas:
posters do MFA, de António Mota Aguiar; uma estatueta enviada pelo governador Civil de Castelo Branco; Dicionário do Antigo Egipto e Imagens do Egipto Queirosiano, oferta do autor Luís Manuel de Araújo; A Incrível no Limiar dos 150 Anos do Vol I ao Vol. VIII, oferta do sócio Carlos Guilherme Sanches de Almeida; e uma floreira oferecida por Carla Curado. Feito este registo fica o agradecimento público da A25A. ■

Associados falecidos

No último trimestre registámos o falecimento dos seguintes associados: Manuel Pedroso Gonçalves, n. º 121 (sócio fundador); Manuel José Ramires Fernandes, apoiante n.º 314; Joaquim Maria Ramos Roriz Pereira, n. º 464 (sócio fundador); José do Nascimento Neves Júnior, apoiante n.º 580; Maria Ondina Braga, apoiante n. 2246 e de José Manuel Leitão Camacho Costa, n. º 3186. As famílias enlutadas *O Referencial* apresenta sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (58)

LUÍS GALVÃO

UMA DAS FORMAS do carteador tentar diminuir os prejuízos, numa mão jogada com trunfo, consiste em baldar uma ou mais perdentes da mão nas cartas dum naipe previamente apurado no morto, com o auxílio de oportunos cortes na mão.

1 – O CARTEIO
1.3 – O CARTEIO EM TRUNFO
1.3.3. – PLANO N.º 2: BALDAR PER DENTES DA MÃO NUM NAIPE APURADO NO MORTO

É óbvio que quando se contabilizam as vasas perdentes duma mão e o seu total é superior ao máximo permitido para que o cumprimento do contrato marcado seja uma realidade, o carteador tem que socorrer-se duma gestão habilidosa, ou melhor, duma manobra técnica adequada que lhe permita, como que por artes de prestidigitação, fazer desaparecer uma ou mais cartas perdentes da sua MÃO DE BASE.

Baldar as cartas perdentes existentes na sua mão num naipe comprido do morto previamente apurado por adequados cortes é uma das técnicas de carteio, em contratos trunfados, muito utilizadas pelos jogadores de Bridge. Esta manobra técnica é identificada como PLANO N.º 2 no carteio em trunfo.

Após a abordagem teórica, apresentamos uma mão que permita a aplicação da técnica do carteio atrás referida.

Imaginemos o seguinte leilão:

S	W	N	E
		1♥	Passo
1♠	Passo	1ST	Passo
3♠	Passo	4♠	Passo
PassoPasso			

Após uma saída a D♣ o carteador (S) viu-se perante o seguinte jogo:

♠ V9
♥ V6432
♦ AV3
♣ AR5

N
W E
S

♠ ARD1074
♥ 5
♦ 952
♣ 842

Analisada que foi a saída, o cateador dirigiu naturalmente a sua atenção para o morto, elegeu a sua mão (S) como MÃO DE BASE e contabilizou as perdentes em relação à sua mão:

Perdentes:

1 a ♥
2 a ♦
1 a ♣
4

Perante este cenário seria fácil concluir que para cumprir o contrato haveria que fazer desaparecer, pelo menos, uma das vazas contabilizadas como perdentes. O problema era saber como e onde!

O teor distribuicional do morto não permitia aplicar o PLANO N.º 1: CORTES DE MÃO CURTA e a probabilidade de encontrar R e D de ♦ em W ou secas (GRAND MARIAGE) em qualquer das mãos ADV era realmente pequena para que o cumprimento do contrato pudesse ser encarado com algum optimismo.

O carteador equacionou então a possibilidade de apurar a 5.ª carta de ♥ do morto, apostando numa distribuição 4/3 desse naipe nas mãos dos ADV, o que, como sabemos, corresponde a uma probabilidade de 63% (vd. Artigo 55, *O Referencial* de Abr/Jun de 2002), ainda que conjugada com uma distribuição 3/2 das ♠ nas mãos dos ADV (68%).

Se o carteador optar por seguir a LINHA DE JOGO que se baseia no apuramento da 5.ª carta do naipe de ♥ estará a jogar a 42, 84%, probabilidade resultante da dependência conjugada da distribuição das ♥ e das ♠ o que, mesmo assim, é uma linha de jogo muito mais forte do que qualquer outra dependente da distribuição das figuras de ♦.

É óbvio que para que possa apurar a 5.ª carta de ♥ o carteador tem que jogar esse naipe cinco vezes e que precisa das necessárias «entradas» no morto para poder fazer o que, no problema em análise, não constitui qualquer óbice face ao teor das cartas de ♠ (V9) e à existência de ♣ AR e de ♦A.

O número de entradas necessárias para apurar um naipe do morto e para posteriormente explorar o seu apuramento são uma condição básica quando se equacionar a utilização desta técnica do carteio. O carteador terá que contabilizar *previamente* o número de entradas, *antes* de se decidir pôr em prática esta manobra de carteio, conceito que convém reter e aplicar fielmente à mesa.

A segunda questão que o carteador deverá ter em conta, em situações de apuramento de naipes, é a possibilidade de poder ser recortado pelo ADV à sua esquerda. No problema que apresentámos tal ameaça não se coloca, face ao teor do naipe de trunfo na mão do carteador, mas em muitas situações essa será uma questão a que o carteador deve dar uma atenção redobrada.

O desenvolvimento do carteio processar-se-ia da seguinte forma: entrada no R♣ na primeira vasa e jogada dos 2 ♥ imediatamente a seguir. Qualquer que seja o ataque do ADV que ficar em mão, ganhar a vaza no morto e continuar a jogar ♥, cortando na mão, com cartas altas não só para evitar o recorte como também para preservar o 7

♠ V9
♥ V6432
♦ AV3
♣ AR5

♠ 86
♥ AD107
♦ 874
♣ DV96

N
W E
S

♠ 532
♥ R98
♦ RD106
♣ 1073

♠ ARD1074
♥ 5
♦ 952
♣ 842

e o 4 de ♠ como comunicantes para o V e o 9 de ♠ dor morto.

Acabava o destrunfo na mão e o A♦ ou a outra figura de ♣ serviria de entrada para que pudesse ser utilizada a 5.ª carta de ♥ como extraganhante onde poderia ser finalmente baldada (ufh!) a malfadada quarta perdente da mão.

Não poderia acabar este artigo sem apresentar uma regra que constituirá uma ajuda adicional para os jogadores que tenham em atenção a real ameaça que os recortes constituem, quando se leva a cabo o apuramento dum naipe por cortes.

A regra em questão permite avaliar duma forma numérica e prática os riscos de se ser recortado.

Diz a REGRA DA POSSIBILIDADE DE RECORTE que se deve somar o número total de cartas do naipe a apurar existente na sua linha com o número de vezes em que o naipe foi jogado.

A soma obtida dará um número que identificará o risco de recorte com a seguinte tabela:

Total 8:	Recorte raríssimo
Total 9:	Pequeno risco de recorte
Total 10:	Recorte provável

Esta REGRA é muito útil, de fácil aplicação e muito simples de memorizar, pelo que recomendo a sua utilização, por razões óbvias.

Vejamos um exemplo da sua aplicação ao pretendermos apurar o seguinte naipe:

Axxxxx/x

Como o naipe tem 6 cartas no morto e uma carta na mão, o número total é 7. Para o apurarmos temos que fazer 2 ou 3 cortes consoante estiver dividido 3/3 ou 4/2 nos ADV.

Para fazermos o primeiro corte o naipe, com 7 cartas na nossa linha, teve de ser jogado duas vezes, logo o número total a encontrar para aplicação da REGRA é o 9, que nos indica haver nesse primeiro corte um pequeno risco de recorte.

Ao fazermos o segundo corte já o risco de recorte é muito provável, o que nos é transmitido pelo número total 10 resultante da aplicação restrita da REGRA, e que levará o carteador consciente e cauteloso a precaver-se da possível ameaça, cortando a vasa com uma carta suficientemente alta que lhe permita acautelar-se contra os riscos dum recorte. ■

Até ao próximo número.

NO
NO WAR ON IRAQ
DON'T ATTACK IRAQ
MAB
Freedom For Palestine
NOT IN MY NAME
Stop the War Coalition
CND
Daily Mirror
JUSTICE FOR PALESTINE
NO TO WAR
STOP THE WAR
Socialist Worker
Socialist Party